

Região Autónoma dos Açores

*Pressupostos e elementos de contextualização para o*

## **Plano de Ação**

**2014 - 2020**

NO QUADRO DA COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA

**“As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”**

( COM(2012)287 de 20/06/2012 )

Junho de 2013

<b>PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL</b>	<b>- 3 -</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>- 4 -</b>
<b>2. O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</b>	<b>- 11 -</b>
<b>3. A CRISE E O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE E DO EMPREGO</b>	<b>- 15 -</b>
<b>4. AS GRANDES LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2014-2020</b>	<b>- 17 -</b>
<b>PARTE II – DESÍGNIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS</b>	<b>- 19 -</b>
<b>1. EUROPA 2020, EIXOS DA ESTRATÉGIA RENOVADA E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS</b>	<b>- 20 -</b>
<b>2. CRESCIMENTO INTELIGENTE: UMA BASE ECONÓMICA DINÂMICA, DE EXPORTAÇÃO E DIVERSIFICADA</b>	<b>- 20 -</b>
2.1. Reforçar a competitividade.....	- 20 -
2.1.1. As fileiras agrícolas, um pilar fundamental da economia regional.....	- 20 -
2.1.1.1. Leite e Carne, um alto valor acrescentado.....	- 20 -
2.1.1.2. A diversificação agrícola e o setor florestal em particular.....	- 25 -
2.1.2. Pesca e aquicultura: um importante setor de especialização tradicional.....	- 29 -
2.1.2.1. O setor das pescas.....	- 29 -
2.1.2.2. Diversificação: Aquicultura, um setor com potencialidades.....	- 32 -
2.1.3. Turismo, um setor emergente afetado pela crise externa.....	- 33 -
2.1.4. Setor Empresarial em geral: Uma dinâmica empreendedora.....	- 38 -
2.2. Melhorar a acessibilidade ao mercado único.....	- 41 -
2.2.1. Transportes aéreos, marítimos e terrestres.....	- 42 -
2.2.2. Comunicação, ciência, tecnologia e inovação.....	- 47 -
2.3. Promover a integração regional.....	- 49 -
2.3.1. Espaço Macaronésia e Atlântico.....	- 49 -
2.4. Governação eficiente e eficaz.....	- 52 -
<b>3. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL: UM AMBIENTE, UMA PAISAGEM E UMA VIVÊNCIA DISTINTIVAS</b>	<b>- 53 -</b>
3.1. Os recursos naturais e sustentabilidade ambiental.....	- 53 -
3.2. A produção e a eficiência energéticas.....	- 58 -
3.2.1. Mobilidade elétrica.....	- 63 -
3.3. Regeneração Urbana.....	- 65 -
<b>4. CRESCIMENTO INCLUSIVO: REFORÇAR A DIMENSÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO DAS RUP</b>	<b>- 65 -</b>
4.1. População em crescimento e relativamente jovem.....	- 65 -
4.2. Inclusão Social.....	- 67 -
4.2.1. Desigualdades e risco de pobreza, agravados numa conjuntura difícil.....	- 67 -
4.2.2. As redes e sistemas públicos de apoio social.....	- 70 -
4.3. Saúde.....	- 72 -
<b>5. CRESCIMENTO INCLUSIVO: EMPREGO, FORMAÇÃO E MOBILIDADE PROFISSIONAL</b>	<b>- 73 -</b>
5.1. Uma pressão acrescida no mercado de trabalho.....	- 74 -
5.2. Nível elevado de desemprego, uma nova realidade nos Açores.....	- 75 -
5.3. Políticas ativas de emprego.....	- 76 -
5.4. A Formação e qualificação como prioridades reforçadas.....	- 78 -
5.5. Capital Humano: Nível de educação crescente, mas ainda insuficiente.....	- 80 -
5.6. Combate ao desemprego juvenil.....	- 82 -
<b>6. O MAR, UM POTENCIAL POR EXPLORAR</b>	<b>- 84 -</b>
6.1. Promoção de uma Economia Sustentável para o Mar dos Açores.....	- 86 -
6.1.1. Plataforma Logística do Atlântico.....	- 86 -
6.1.2. Plataforma de Investigação do Atlântico.....	- 88 -
<b>7. DESÍGNIOS TEMÁTICOS</b>	<b>- 90 -</b>

## **PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL**

## 1. Introdução

As Regiões Ultraperiféricas (RUP) — Guadalupe, Guiana francesa, Martinica, Reunião, Saint-Martin, Açores, Madeira e ilhas Canárias — partilham características específicas definidas no artigo 349º do TFUE. No dia 1 de janeiro de 2014, Maiote tornar-se-á uma região ultraperiférica da UE.

Estas regiões constituem uma realidade única e formam um conjunto dentro da União Europeia, distinto das outras regiões europeias, caracterizado essencialmente por:

- Uma distância muito grande em relação ao continente europeu, reforçada pela insularidade, mesmo por uma dupla insularidade, ou por um enclave. Isoladas nos seus espaços geográficos e largamente descentradas das grandes correntes de trocas, as RUP são confrontadas pela impossibilidade de aproveitar plenamente as vantagens do mercado da União Europeia;
- A exiguidade do mercado local e, conseqüentemente, a dependência económica em relação a um pequeno número de produtos;
- As condições topográficas e climatéricas difíceis, pequena dimensão, vulnerabilidade face às alterações climáticas e a fenómenos meteorológicos extremos;
- Uma vizinhança de proximidade exclusivamente composta por países terceiros da UE ou um espaço totalmente isolado, dois desafios estratégicos em termos de inserção e de cooperação;

A permanência, a acumulação e a combinação destas características constituem condicionantes estruturais que prejudicam gravemente o desenvolvimento económico, social e territorial destas regiões de onde decorre que esta realidade justifica um tratamento especial e diferenciado.

Se, *de jure*, a Europa reconhece a singularidade da situação das RUP através do estatuto da ultraperiferia, *de facto*, a aplicação deste último permanece insuficiente. Por esta razão, a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas defende incessantemente um compromisso político renovado das instituições europeias em relação às RUP.

\*        \*

\*

A Comunicação da Comissão de 20 de junho de 2012, intitulada "As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo"<sup>1</sup> atualiza, em cinco eixos (acessibilidade, competitividade, integração regional, dimensão social e alterações climáticas), a estratégia de desenvolvimento que deve acompanhar as RUP no desenvolvimento das prioridades da Estratégia Europa 2020, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Teria sido indispensável, também no contexto da elaboração desta Comunicação, que fossem "avaliados sistematicamente os efeitos das políticas europeias nas RUP, nomeadamente aquando da realização de análises de impacto"<sup>2</sup> e, deste modo, as especificidades da ultraperiferia seriam merecedoras de uma integração nas propostas legislativas da Comissão.

Neste contexto, a Conferência dos Presidentes das RUP relembra a sua posição expressa por ocasião da sua XVIII Conferência realizada na Horta (Açores) a 14 de Setembro 2012, onde enfatiza a necessidade de um passo adicional na implementação da estratégia tal como proposta pela Comissão Europeia em Junho 2012, através de instrumentos setoriais europeus apropriados e dotados dos necessários recursos. Esta orientação impõe soluções pertinentes, equilibradas, conjuntas e coerentes.

---

<sup>1</sup> COM(2012)287

<sup>2</sup> Conclusões do Conselho de 14 de Junho de 2010

A Comunicação da Comissão propõe a elaboração de um plano de ação<sup>3</sup> partindo das prioridades de desenvolvimento e considerando todas as políticas públicas. Cada plano de ação privilegia, por isso, uma abordagem sintética, ascendente e evolutiva, voltada para as necessidades territoriais e as a estas respostas adequadas.

A inexistência, por agora, de um quadro legislativo e financeiro claramente estabelecido, coloca-nos perante numerosas incertezas. Não obstante estas dificuldades, e no momento de definir objetivos para o desenvolvimento destes territórios no período 2014-2020, as RUP reafirmam a sua ambição em dinamizar as suas economias, preservar os seus setores tradicionais, agir em domínios inovadores e de elevado valor acrescentado, criar empregos e, conseqüentemente, se orientarem para uma dinâmica de crescimento.

Ao apresentar o seu plano de ação, as RUP demonstram a sua vontade e compromisso para com a realização dos eixos da Estratégia da UE em prol da ultraperiferia. *In fine*, este exercício apenas terá sentido se os instrumentos disponibilizados estiverem à altura das ambições preconizadas. Para atingir os resultados esperados, as RUP devem igualmente poder contar com o apoio de todas as partes envolvidas.

No entanto, não existe um modelo único de desenvolvimento. Não obstante a necessidade de valorização das mais-valias das Regiões Ultraperiféricas, esta não consegue, por si só, ultrapassar todos os desafios que se colocam nem corrigir desequilíbrios persistentes. Os constrangimentos estruturais permanentes apelam pois a um tratamento diferenciado que tenha em conta as realidades das RUP.

É por este motivo que as RUP fazem valer uma lógica territorial que lhes é própria e que constitui uma oportunidade de aplicação inovadora das políticas europeias.

---

<sup>3</sup> "Cada RUP, juntamente com o respetivo Estado-Membro, deverá elaborar um plano de ação que trace, através de metas e objetivos concretos, o modo como será executada a agenda Europa 2020, tendo em conta a sua situação individual e os diferentes instrumentos disponíveis elencados na presente comunicação."

Neste contexto, e no calendário das reformas das políticas para o período 2014-2020, este plano de ação inscreve-se numa abordagem coordenada entre:

- As estratégias dos fundos europeus (FEDER, FSE, FEADER, FEAMP) e os acordos de parceria para 2014-2020;
- As estratégias a desenvolver no quadro de outros programas com forte impacto territorial, tais como o POSEI (agricultura e pescas), cujo acervo deve ser preservado para o futuro;
- Todas as outras estratégias, desenvolvidas de modo transversal, seja à escala europeia (nomeadamente os programas a favor da investigação, do ambiente, da educação), à escala nacional (plano nacional de reformas, por exemplo), ou à escala das regiões (iniciativas de desenvolvimento económico, de transportes, entre outras).

A complementaridade e a coerência dos objetivos e das prioridades do plano de ação devem igualmente ser apreciados em função dos enquadramentos legislativos horizontais, nomeadamente no que diz respeito à política comercial, à política de concorrência, aos mercados públicos e ao ambiente.

### ***Um plano de ação sob o signo da ambição e exigência***

Num contexto impregnado de incertezas jurídicas e financeiras, as Regiões Ultraperiféricas perspetivam o futuro de modo a garantir uma retoma do crescimento, da criação de emprego estável num contexto socioeconómico que se encontra hoje fortemente degradado.

Este exercício inscreve-se na continuidade das suas próprias reflexões, que conduziram à adoção dos Memorandos de 2009 e 2010, assim como à elaboração de contribuições conjuntas em várias consultas públicas da Comissão Europeia (coesão territorial, Estratégia Europa 2020, transportes, Auxílios de Estado, investigação e inovação, mercado interno, política marítima, etc.).

O Memorando Conjunto, de Maio de 2010, adota uma abordagem inovadora e convida a Comissão Europeia a procurar um triplo equilíbrio em relação à ultraperiferia, baseando-se na estratégia que desenvolveu em 2004, através da redução do défice de acessibilidade, do melhoramento da competitividade, e da inserção regional.

- Um equilíbrio entre trunfos e constrangimentos estruturais;
- Um equilíbrio entre as vertentes interna e externa das políticas europeias de modo a evitar incoerências no momento da sua implementação;
- Um equilíbrio entre a adaptação das políticas europeias de direito comum e a declinação de instrumentos setoriais específicos.

O Memorando exorta a que todas as políticas da União que se aplicam nas RUP integrem uma lógica de coerência territorial que vá para além do novo objetivo dito de “de coesão territorial”, tal como considerado pelo Tratado de Lisboa. Assim, as RUP podem constituir-se como verdadeiros e pertinentes espaços de experimentação para uma aplicação coerente e integrada das políticas da União a nível territorial, com base numa governança multiníveis (europeu, nacional, regional).

Os princípios de igualdade de oportunidades, de coerência, de valorização das potencialidades e da parceria, os chamados “fundamentos de Cayenne”, constituem, desde 1999, a pedra angular da estratégia de desenvolvimento das RUP. Estes princípios foram complementados, em 2010, por duas novas orientações: os princípios da proporcionalidade e da realidade da ultraperiferia.

Se, ao longo do tempo, a Comissão Europeia enfatizou os princípios de valorização das potencialidades e da parceria através das comunicações adotadas em 2004 e em 2008, torna-se hoje necessário dar um passo decisivo para dar corpo aos outros princípios: igualdade de oportunidades, coerência, proporcionalidade e realidade.

Várias dimensões devem servir de fio condutor ao quadro europeu a estabelecer para 2014-2020, sustentando, de modo transversal, todas as políticas europeias:



- Ter em conta o estatuto da ultraperiferia do artigo 349º do TFUE, que justifica, *per se*, uma aplicação adaptada, inclusivamente derogatória, das políticas e ações da União Europeia às RUP;
- Respeitar de modo primordial os princípios da realidade e da igualdade de oportunidades dos cidadãos, qualquer que seja o seu lugar de residência, sobretudo no que diz respeito ao acesso aos equipamentos e serviços em rede (do tipo serviços de interesse económico geral). Não são compreensíveis, por exemplo, as diferenças de tratamento dos cidadãos das RUP em termos de continuidade territorial ou digital. Os serviços de interesse económico geral constituem um exemplo da persistência de discriminações, inclusive nos setores mais estratégicos como o acesso à banda larga, os transportes, a água, a energia.
- Aplicar os princípios de coerência e de proporcionalidade: As revisões sucessivas dos Auxílios de Estado nunca integraram a exigência de coerência entre as diferentes finalidades destes auxílios não obstante a sua necessidade para os potenciais beneficiários. Do mesmo modo, a regulamentação em matéria ambiental, nomeadamente sobre as emissões de gases com efeitos de estufa no domínio da aviação, merece uma atenção particular no que se refere à situação das Regiões Ultraperiféricas para evitar a desproporção dos impactos daí decorrentes.

Nesta ótica, e contrariamente à orientação privilegiada pela Comunicação da Comissão Europeia de 20 de junho 2012, os fundos estruturais não podem, por si só, reduzir todas as disparidades territoriais e menos ainda responder, por si só, às necessidades de financiamento subjacentes à ambição comum de uma estratégia renovada da ultraperiferia.

A política de coesão exige uma coordenação muito próxima com as outras políticas que têm um impacto territorial forte, de modo a que os programas a estabelecer sejam eficazes e racionais.

Este plano de ação vai para além desta exigência ao traçar as vias de uma estratégia de projeção ao serviço de uma vitalidade territorial que assumimos. Mas, para se desenvolver na sua correta dimensão, esta estratégia de projeção não é dissociável de uma estratégia de experimentação: Experimentar é adaptar o quadro às realidades da ultraperiferia, é inventar novas formas que, de modo pragmático, permitam às RUP conceber o seu modelo económico de amanhã. A esta forte vontade, expressa a nível regional, deve doravante corresponder uma verdadeira ambição europeia da ultraperiferia.

É neste espírito que este Plano de Ação se inscreve: fazer valer uma lógica de atividade e de responsabilidade, único garante de um desenvolvimento económico inteligente, sustentável e inclusivo.

## **2. O processo de convergência da Região Autónoma dos Açores**

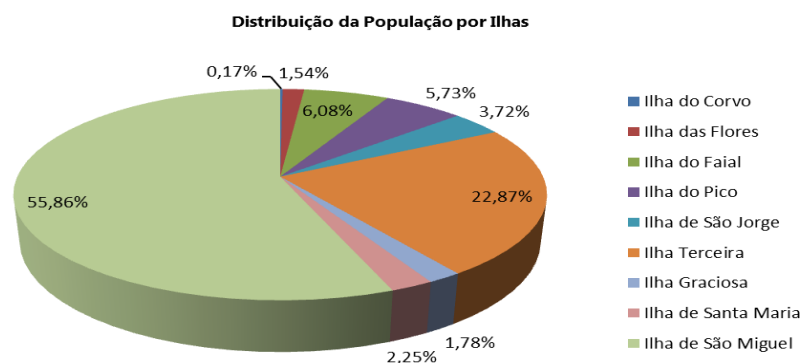
A Região Autónoma dos Açores, em conjunto com outras regiões ultraperiféricas, detém uma situação particular reconhecida nos documentos fundadores da União Europeia.

Com efeito, desde a Declaração relativa às regiões ultraperiféricas da Comunidade, anexa ao Tratado de Maastricht, de 1992, até à mais recente consagração, no artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, é confirmado, de um modo claro, que a “situação social e económica estrutural” destas regiões é “agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, factores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento”.

A Região Autónoma dos Açores integra assim, de pleno direito, o estatuto de região ultraperiférica, partilhando, efetivamente, dos condicionalismos estruturais e permanentes referidos no artigo 349º e sendo destinatária das “medidas específicas” que devem ser tomadas pelas instituições “destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação dos Tratados a essas regiões, incluindo as políticas comuns”.

Com este enquadramento, a Região Autónoma dos Açores situa-se no atlântico norte, a cerca de 1.500 km da costa continental portuguesa e 3.900 km da costa americana. O arquipélago é constituído por nove ilhas, separadas por 600 km de oceano, a que correspondem, em sentido lato, realidades diversas, apesar dos evidentes traços comuns.

A dimensão terrestre das ilhas dos Açores varia, por exemplo, entre as áreas de 17 km<sup>2</sup> da ilha do Corvo e os 744 km<sup>2</sup> da ilha de São Miguel e a sua população entre os cerca de 430 habitantes naquela primeira ilha e os quase 138.000 desta última.



As diferentes áreas terrestres e a distribuição irregular da população, entre as ilhas e, dentro destas, entre concelhos, para além de outras particularidades, por exemplo ao nível da topografia e clima difíceis, justificam a permanente preocupação das autoridades públicas na promoção da coesão e do desenvolvimento equilibrado e harmonioso de uma Região formada por ilhas pequenas e isoladas, do continente e entre si mesmas.

Região Autónoma dos Açores	População <sup>(4)</sup>		Áreas	
	Habitantes	%	km <sup>2</sup>	%
<b>Total Açores</b>	<b>246 746</b>	<b>100.00</b>	<b>2 322, 0</b>	<b>100.00</b>
<b>Ilha do Corvo</b>	<b>430</b>	<b>0.17</b>	<b>17,1</b>	<b>0.74</b>
<b>Ilha das Flores</b>	<b>3 793</b>	<b>1.54</b>	<b>141,0</b>	<b>6.07</b>
Concelho de Santa Cruz	2 289	0.93		
Concelho das Lajes	1 504	0.61		
<b>Ilha do Faial</b>	<b>14 994</b>	<b>6.08</b>	<b>173,1</b>	<b>7.45</b>
<b>Ilha do Pico</b>	<b>14 148</b>	<b>5.73</b>	<b>444,8</b>	<b>19.16</b>
Concelho da Madalena	6 049	2.45		
Concelho de São Roque	3 388	1.37		
Concelho das Lajes	4 711	1.91		
<b>Ilha de São Jorge</b>	<b>9 171</b>	<b>3.72</b>	<b>243,6</b>	<b>10.49</b>
Concelho das Velas	5 398	2.19		
Concelho da Calheta	3 773	1.53		
<b>Ilha Terceira</b>	<b>56 437</b>	<b>22.87</b>	<b>400,3</b>	<b>17.24</b>
Concelho de Angra do Heroísmo	35 402	14.35		
Concelho da Praia da Vitória	21 035	8.52		
<b>Ilha Graciosa</b>	<b>4 391</b>	<b>1.78</b>	<b>60,7</b>	<b>2.61</b>
<b>Ilha de Santa Maria</b>	<b>5 552</b>	<b>2.25</b>	<b>96,9</b>	<b>4.17</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>137 830</b>	<b>55.86</b>	<b>744,6</b>	<b>32.07</b>
Concelho de Ponta Delgada	68 809	27.89		
Concelho da Ribeira Grande	32 112	13.01		
Concelho de Nordeste	4 937	2.00		
Concelho de Lagoa	14 416	5.84		
Concelho da Povoação	6 327	2.56		
Concelho de Vila Franca	11 229	4.55		

<sup>(4)</sup> Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística

No início da década de 80, antes do processo de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, os constrangimentos de ordem natural dos Açores, conjugados com um atraso histórico e estrutural no seu desenvolvimento, bem como a inexistência de uma política nacional de convergência, posicionavam a Região em níveis muito baixos de produção de riqueza.

De acordo com o primeiro relatório sobre a coesão económica e social na Europa, elaborado em 1996 pelos serviços da Comissão Europeia<sup>4</sup>, os Açores ocupavam, em 1983, a última posição no contexto das regiões europeias dos 15 Estados Membros, com apenas com 39% da média do PIB *per capita*.

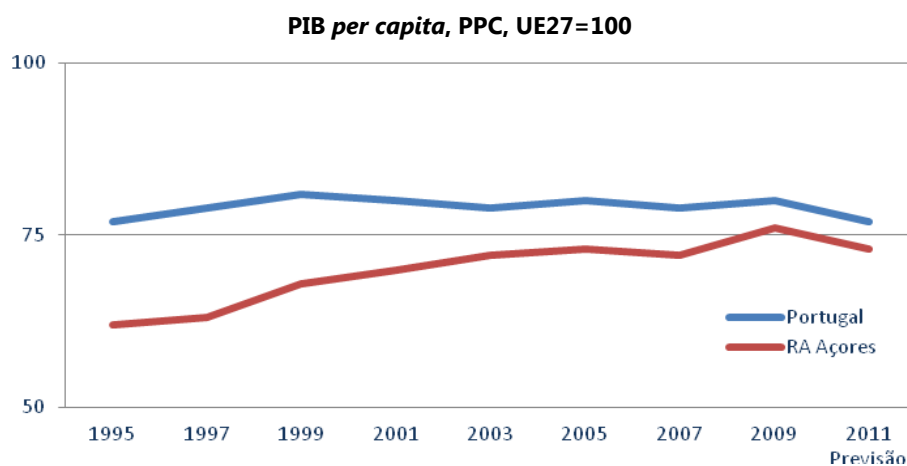
Com a mesma fonte, comparando dados do PIB *per capita* de 1983 com os de 1993 e estabelecendo um *ranking* com as regiões designadas como “mais ricas” e outro com as “mais pobres”, a situação no início dos anos 90 era praticamente idêntica, alterando-se apenas a saída de último lugar para o penúltimo, por troca, justamente, com uma outra região ultraperiférica, registando um PIB *per capita* de apenas 42% da média europeia.

Esta situação mudou substancialmente a partir do final da década de 90, alavancada por uma visão renovada sobre o crescimento económico e pelo contributo decisivo dos recursos proporcionados pelos fundos comunitários.

Os Açores iniciaram, assim, um caminho de desenvolvimento, convergindo no espaço nacional e, de igual modo, no espaço comunitário, e deixaram, em ambos os contextos, de ser a região menos desenvolvida, aproximando-se, atualmente, do grupo das regiões europeias designadas de transição e ocupando uma posição intermédia no contexto das 7 regiões portuguesas.

---

<sup>4</sup> [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/reports/repco\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/repco_en.htm)



Neste enquadramento, realce-se que, no período disponível de informação estatística, estão repercutidos os efeitos das medidas de ajustamento financeiro a que Portugal está correntemente sujeito, decorrentes do memorando de entendimento com as instituições internacionais credoras.

Deste modo, o efeito recessivo das medidas adotadas afasta Portugal, no seu conjunto, do processo de convergência com a União Europeia, tocando, sem exceção, todas as regiões portuguesas, mantendo-se, não obstante e proporcionalmente, o mesmo posicionamento na formação do produto interno.

#### Produto Interno Bruto

	PIB (10 <sup>6</sup> euros)		Açores/País (%)	PIB per capita		
	Açores	País		(mil euros)	(País=100)	(UE27=100)
<b>1999</b>	2 321	118 661	1,96	9,8	84	68
<b>2001</b>	2 694	134 471	2,00	11,4	87	70
<b>2003</b>	2 990	143 472	2,08	12,5	91	72
<b>2005</b>	3 241	154 269	2,10	13,4	92	73
<b>2007</b>	3 549	169 319	2,10	14,6	91	72
<b>2009</b>	3 650	168 504	2,17	14,9	94	76
<b>2011 P</b>	3 701	171 040	2,16	15,1	94	73

**P** = Resultados preliminares

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Contas Regionais (Base 2006 a preços de mercado)

Deste modo, não obstante o recuo de Portugal em relação ao conjunto europeu, a Região mantém, entre 2009 e 2011, a mesma proporção do PIB *per capita* em relação ao país. Com efeito, os 3.701 milhões de euros de produto interno bruto que o sistema oficial de estatística apura para os Açores, em 2011 ( ainda como resultado preliminar ), representam um valor de 15,1 mil euros por residente, o que, comparado com os 16,1 mil euros apurados para Portugal, posiciona a Região nos 94% da média nacional, quando este valor relativo era de apenas 81% em meados da anterior década.

### **3. A crise e o crescimento da produtividade e do emprego**

O início de milénio foi, pois, marcado nos Açores por um crescimento robusto do produto interno, combinando-se o aumento do emprego com o da produtividade, com valores significativos e acima da média.

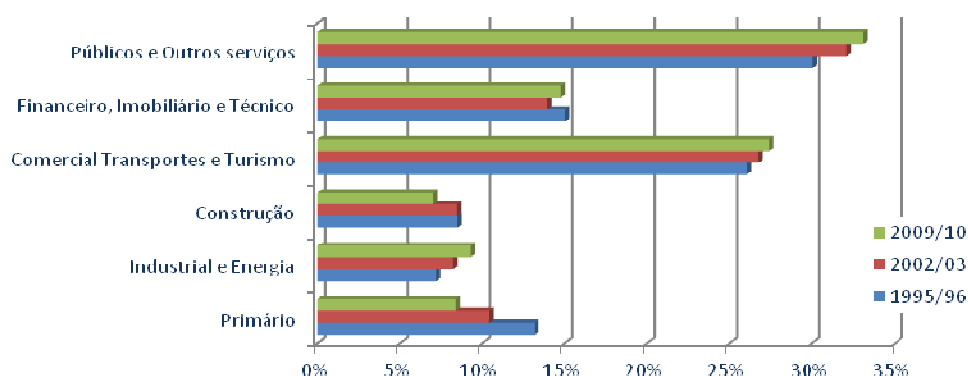
No entanto, é evidente um ajustamento da economia regional face à crise que afeta a Europa. Num primeiro momento, em 2009, as empresas conseguiram sustentar o nível do emprego, embora à custa de quebras na produtividade. Já em 2010 e 2011, numa segunda fase, esse ajustamento faz-se pela libertação de força de trabalho, com os difíceis custos sociais derivados do desemprego.

Por outro lado, as tendências de recomposição, ao longo dos últimos anos, do valor acrescentado na Região apontam para uma certa estabilidade, quando considerados os grandes setores de atividade.

Porém, numa análise mais detalhada, evidencia-se uma progressiva diminuição do peso relativo do setor primário e, também, enquanto fenómeno mais recente, no da construção civil. Em contrapartida, o setor que regista o maior peso na economia regional e que aumentou, inclusive, a sua capacidade de geração de riqueza é o setor que engloba as atividades públicas e a oferta de bens públicos.

De modo prospetivo e de orientação para as políticas públicas a adotar no futuro, tendo em devida consideração a envolvente externa que influencia o processo de desenvolvimento regional, a estrutura e a evolução da formação de riqueza na economia terá, assim, um espaço mais condicionado para o setor público na geração de valor acrescentado.

**Estrutura do Valor Acrescentado Bruto nos Açores**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Contas Regionais (Base 2006)

Ou seja, também nesta perspetiva se conclui pela necessidade de formulação de políticas ativas de fomento da atividade económica privada, competitiva e geradora de valor e de emprego.

Em suma, o ponto de partida para esta visão 2014-2020 é contextualizado pelas ameaças externas derivadas da situação de crise em Portugal e na União Europeia, que condicionam a mobilização de recursos para o crescimento da produção económica e para a criação líquida de postos de trabalho.

O processo de desaceleração da economia Europeia e Portugal em geral, as limitações da intervenção do setor financeiro na oferta de liquidez, as quebras de produção e do emprego, bem como a diminuição da confiança dos agentes económicos, com repercussões diretas também na Região, nomeadamente na retração da procura interna, entre outros fatores transversais, influenciaram



negativamente o processo de crescimento e de desenvolvimento que se vinha consolidando.

O grande desafio para as políticas públicas regionais, numa perspetiva 2014-2020, mas com um ponto de partida claramente influenciado por fatores externos, consistirá, assim, na mitigação dos seus efeitos negativos, com vista à recuperação das tendências anteriores de crescimento, desenvolvimento, criação de emprego e convergência com a média de geração de riqueza da UE.

#### **4. As grandes linhas de orientação estratégica 2014-2020**

Os fundos e apoios da União Europeia têm constituído, em geral e ao longo dos anos, um elemento fundamental do processo de convergência e de desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.

A despesa pública de investimento comparticipada pela União estruturou-se em duas grandes linhas de orientação estratégica:

- Proporcionar os investimentos necessários em infraestruturas de base, em diversos domínios e nas nove ilhas dos Açores, tendo em conta uma situação de partida de grande carência, pela própria natureza arquipelágica e dispersa do território e ao que dela decorre em termos de necessidade de uma oferta mínima de bens públicos;
- Na estruturação económica e social, entendendo-se neste âmbito o fomento ao investimento privado e a valorização do capital humano.

No atual contexto, o processo de ajustamento financeiro e económico de Portugal tem, naturalmente, efeitos negativos na vida económica e social nos Açores, nomeadamente no crescimento económico e no desemprego involuntário de ativos, que se manifesta com grande dimensão também entre a população jovem.

Por outro lado, as obrigações em matéria de ajustamento da despesa pública constroem o setor público na acomodação do choque provocado pela crise externa, não obstante a manutenção, ao longo dos anos, de uma reconhecida base de rigor das finanças regionais que se mede atualmente num défice de apenas 0,4% do PIB e numa dívida pública de 19% - valores substancialmente diferentes da realidade nacional.

É neste cenário de dificuldades, com incertezas sobre as perspectivas, a curto e a médio prazo, de alteração do ciclo económico e do comportamento e confiança dos agentes económicos, tanto a nível nacional como europeu, que o novo período 2014-2020 terá início nos Açores, num ponto de viragem progressivo e de transição entre a componente infraestrutural – muito avançada mas não completa nem encerrada - e o progressivo e necessário aprofundamento de políticas públicas orientadas, diretamente, para a atividade produtiva e para o equilíbrio e coesão económica e social.

No âmbito do presente Plano de Ação, são claras as linhas de orientação no sentido do aumento dos níveis de competitividade da economia regional, quer no seu núcleo forte e área de especialização, quer fomentando a diversificação e robustecendo novos setores e áreas de produção económica e libertando o potencial desses setores para novos investidores privados.

Paralelamente, são consideradas prioritárias as políticas ativas de fomento de emprego, em contexto empresarial, ligando as qualificações dos recursos humanos às necessidades das empresas, com a proteção e a defesa dos setores mais carenciados da sociedade, minimizando assim a exclusão social e a pobreza.

Os meios e os instrumentos a mobilizar terão, ainda, objetivos claros e condicionantes apropriadas, pugnando pela sua repartição equitativa e proporcional no território, num contexto de igualdade de oportunidades, de eficiência e sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos.

## **PARTE II – DESÍGNIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS**

## **1. Europa 2020, eixos da estratégia renovada e prioridades estratégicas**

A Comunicação da Comissão Europeia de 20 de junho de 2012 considera que o quadro dos três eixos da parceria com as Regiões Ultraperiféricas deverá ser “atualizado e adaptado à luz da estratégia Europa 2020” e que “tal implica uma maior ênfase na criação de postos de trabalho e no crescimento, além de uma abordagem global das ações climáticas”.

Deste modo, o presente Plano de Ação articula os cinco eixos da Comunicação de 2012, devidamente enquadrados pela Estratégia Europa 2020 e desenvolvidos através das prioridades estratégicas da Região Autónoma dos Açores.

## **2. Crescimento Inteligente: Uma base económica dinâmica, de exportação e diversificada**

### **2.1. Reforçar a competitividade**

Reforçar a competitividade, nomeadamente através da modernização e da diversificação da economia, do investimento e da inovação em setores de elevado potencial de crescimento e/ou de elevado valor acrescentado (tradicionais e emergentes) e apoiar o desenvolvimento do setor privado (sobretudo, as PME e as micro empresas) e a inovação em novos produtos e serviços.

#### **2.1.1. As fileiras agrícolas, um pilar fundamental da economia regional**

##### **2.1.1.1. Leite e Carne, um alto valor acrescentado**

A atividade agrícola na Região Autónoma dos Açores constitui um setor chave da economia e um fator determinante para o rendimento da população.

Este setor tem revelado, ao longo dos últimos anos, uma relativa estabilidade na produção, fruto dos investimentos na sua modernização e na reestruturação da sua estrutura produtiva.

Com efeito, as características naturais do arquipélago dos Açores determinam a existência de uma grande diversidade de condições agroecologias, com destaque para as excelentes condições para a produção pecuária extensiva, proporcionadas pelas condições edafoclimáticas e o tipo de relevo do arquipélago.

O setor agro-florestal, incluindo a indústria transformadora associada, constitui assim um dos setores de especialização tradicional da economia regional e um dos seus motores mais importantes. Esta especialização competitiva, centrada nas fileiras do leite e da carne, tem vindo a manter-se, com crescimento continuado dos níveis de produção e um aumento de quotas de mercado.

Por outro lado, nos Açores, quase 80% do solo é ocupado com pastagens, florestas e áreas de uso agrícola, representando a superfície total das explorações agrícolas 56% do território e a superfície agrícola utilizada ( SAL ), ocupada predominantemente com pastagens, cerca de 92% daquela superfície ( valor bastante superior à média nacional de Portugal, onde a SAU corresponde a 78% da superfície total das explorações agrícolas ).

No entanto, a baixa densidade populacional e as condicionantes específicas que afetam a atividade agro-florestal regional, decorrentes dos condicionalismos da ultraperiferia, determinam a classificação da Região como zona predominantemente rural e zona desfavorecida. Esta realidade evidencia, assim, a complementaridade e interação das dimensões económica, ambiental e social da atividade agrícola e florestal.

Com efeito, esta atividade é determinante, por um lado, na paisagem açoriana, no ordenamento do território e na proteção, conservação e valorização dos recursos naturais terrestres, e, por outro, na forte ruralidade do território, onde as atividades

primárias e de agro-transformação assumem um peso relevante na estrutura socioeconómica da Região.

No seu conjunto, a evolução recente do setor da produção agro-florestal açoriano apresenta como traços de caracterização global os seguintes:

- Progressiva diminuição da importância do setor agrícola em termos do VAB regional. Ainda assim, as atividades primárias, em 2009, representaram 8,5% do VAB da Região, valor bastante superior ao registado para o total de Portugal ( 2,3% ).
- Diminuição do número de explorações agrícolas, com aumento da sua dimensão média, ainda que a subida do número de blocos por exploração indique a permanência de uma elevada fragmentação territorial.
- Mão-de-obra agrícola em decréscimo, com elevada dependência da mão-de-obra familiar ( cerca de 80% ), representando a população agrícola familiar 17,3% da população residente na Região ( valor bastante superior à média portuguesa, na ordem dos 7,5% ).
- Produtores agrícolas com baixo nível de formação, mas com envelhecimento pouco pronunciado ( a respetiva idade média de passou de 53 anos, em 1999, para 54 anos, em 2009, inferior aos 63 anos registados no total nacional ).
- Aumento da produtividade e do nível de remunerações do setor primário.
- Persistência da pequena dimensão das propriedades florestais com funções económicas, devido à indisponibilidade de terras, e com clara predominância das funções de conservação, proteção, ordenamento e lazer.

A produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas centram-se, assim, na fileira do leite ( os Açores são responsáveis por mais de 30% da produção de leite de vaca em Portugal ) que, nas últimas décadas, tem conhecido uma evolução positiva em termos quantitativos e qualitativos, fruto de um esforço de modernização e reestruturação da estrutura produtiva, com reflexos:

- Ao nível da produção, com o aumento de cerca de 40% da produção leiteira, entre 1995 e 2012 ( 13% entre 2005 e 2012 ), apesar da redução do número de explorações em 28% e de vacas leiteiras;
- Ao nível da agro-indústria, subsector onde ocorreu um reforço das ligações com os produtores, registou-se um conjunto importante de investimentos visando a sua modernização, com uma orientação sobretudo para o aumento da capacidade produtiva ( como resposta ao aumento da matéria-prima ).

Na perspetiva 2014-2020, o fim do regime de quotas leiteiras constituirá, certamente, um dos principais desafios com que se deparará a fileira leiteira regional e, por conseguinte, a economia dos Açores.

#### Produção Agropecuária

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Leite recebido nas fábricas (1000 lt.)</b>	499 801	505 872	506 216	515 728	540 199	535 417	547 576
<b>Leite p/consumo (1000 lt)</b>	74 670	78 137	89 862	84 069	99 410	99 105	114 240
<b>Produtos lácteos (tons)</b>	48 887	49 948	50 500	53 416	53 991	53 827	53 816
<b>Gado bovino abatido</b>	8 147	8 124	8 262	10 448	11 565	11 645	12 530
<b>Gado bovino exportado vivo</b>	12 222	11 740	9 631	8 436	5 511	5 200	5 077

Neste contexto, o processo de (re)estruturação, já em curso, do modelo atual de produção deverá contemplar a exploração de lógicas de fileira e de nichos de mercado, bem como um maior investimento na investigação e inovação, com o desenvolvimento e aposta na “Marca Açores”, em estreita articulação com a Universidade e Unidades de I&D da Região.

A fileira da carne, por sua vez, conheceu uma evolução positiva com um considerável aumento do peso relativo das explorações especializadas em bovinos de carne ( em 2009 representavam 31% da SAU ocupada pelas explorações especializadas em produções animais, contra apenas 18% em 1999 ).

Também é notória a evolução do nível do abate de bovinos nos matadouros regionais ( o peso limpo total dos bovinos abatidos cresceu mais de 50% entre 2005 e 2012 ), que beneficiaram de fortes investimentos de modernização no último decénio. Nesse mesmo período, o peso dos bovinos abatidos para exportação ( vendas para o exterior da Região ) aumentou 384%.

#### Indicadores Laborais

Classes	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
<b>Dimensão</b> (Ha/Expl.)	8,9	12,0	74,2
<b>Volume de trabalho</b> (UTA/Expl.)	0,9	1,2	75,0
<b>Eficiência</b> (UTA/100 ha)	9,6	10,0	96,0
<b>Produtividade</b> (1.000 €/UTA)	30,4	12,6	241,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Agrícola 2009

É ainda importante salientar que a agricultura açoriana está fortemente exposta aos danos causados por catástrofes naturais e intempéries.

Neste contexto, a estratégia de desenvolvimento rural para o período 2014-2020 contemplará uma estrutura centrada no trinómio “competitividade produtiva e territorial”, “sustentabilidade dos recursos” e “abordagem integrada do desenvolvimento”.

Explorando a nova combinação de prioridades do FEADER e por forma a abranger um conjunto diversificado e complementar de apoios que contribuam para uma abordagem integrada do desenvolvimento rural, elegem-se as seguintes prioridades:

- Um crescimento inteligente, através do aumento da competitividade dos setores agrícola, agroalimentar e florestal, promovendo a inovação, a qualidade, a visibilidade e atratividade externa, a reestruturação e o desenvolvimento das fileiras do setor agroalimentar, tendo como dimensões de suporte a melhoria das infraestruturas de apoio e o reforço do conhecimento e do potencial humano;



- Um crescimento sustentável, estimulando a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, através da promoção da utilização continuada e da gestão sustentável das terras agrícolas e florestais;
- Um crescimento inclusivo, apoiando a revitalização económica e social das zonas rurais, através da promoção da diversificação da economia e do emprego, da promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento de competências ao nível local como fatores centrais para incrementar a atratividade deste setor para camadas mais jovens da população, assim, para a geração de emprego.

Tendo presente quer o futuro enquadramento de apoios, quer os resultados da intervenção dos programas em vigor, procurar-se-á valorizar, neste contexto, as seguintes áreas prioritárias:

- Transferência de conhecimento e ações de informação;
- Serviços de aconselhamento, de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas;
- Instalação de jovens agricultores,
- Investimento e desenvolvimento das explorações agrícolas, das explorações florestais e do setor transformador;
- Investimentos na infraestruturação de suporte às atividades agrícola e florestal;
- Gestão sustentável dos espaços agrícolas e florestais e medidas de apoio à qualidade de vida nas zonas rurais;
- Medidas de investimento na diversificação da economia rural.

#### **2.1.1.2. A diversificação agrícola e o setor florestal em particular**

Apesar das limitações ao nível da produção e comercialização, as atividades das fileiras de diversificação nos Açores ( cereais, horticultura, fruticultura, floricultura e plantas ornamentais, vinha e culturas industriais ) têm vindo a ganhar uma maior importância na estrutura produtiva da Região.

Esta diversificação é fruto do reconhecimento da necessidade de uma maior suficiência alimentar e da existência de potencialidades e condições competitivas para o desenvolvimento de produções alternativas às produções pecuárias.

Estes sinais positivos não atenuam, todavia, a persistência de importantes debilidades quer na estrutura produtiva ( com um conjunto de explorações a exercer a atividade num quadro de condições pouco dinâmicas em termos técnicos e económicos ), quer nos domínios de inovação produtiva, tecnológica e de mercados das explorações agropecuárias e unidades de transformação.

É necessário, assim, prosseguir e reforçar a aposta na diversificação, como setor inibidor de importações, através da revitalização não apenas das produções tradicionais, mas também apostando naquelas onde a Região é deficitária.

Neste contexto, são identificadas como oportunidades, no âmbito do mercado interno ( inter-ilhas ), as seguintes produções tradicionais:

- Milho e cereais - na ótica da suficiência alimentar de diversas ilhas e com base na transformação de áreas de pastagens afetas à bovinicultura;
- Hortícolas - explorando as condições e períodos de clima temperado ou em culturas forçadas, incluindo a hidroponia;
- Frutícolas - recuperando tradições de culturas/pomares de pessegueiros, figueiras, macieiras, pereiras e citrinos.

Paralelamente é necessário criar mecanismos que atenuem os constrangimentos das produções com capacidade diferenciadora de algumas ilhas ( meloa, amora, banana, alho, entre outras ), confrontadas com limitações de escala da procura ( na relação com um mercado interno dividido em nove sub-mercados ) e de escala insuficiente da oferta para ultrapassar a distância económica aos mercados do Continente.

Por outro lado, o vinho é um produto que se tem destacado pela sua qualidade, com grandes tradições em algumas ilhas e que não podemos dissociar da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, classificada como património mundial pela UNESCO e que se "vende" como produto turístico.

A vitivinicultura é uma fileira onde a Região continuará a apostar pelo facto de os seus vinhos já serem exportados para nichos de mercado muito singulares e com grande potencial de crescimento e de adição de valor acrescentado.

Por outro lado, também neste subsector, a dimensão da produção dos Açores não permite um reconhecimento pela quantidade mas sim pela qualidade. Assim, apostar-se-á no reforço da reestruturação das vinhas, não só nas ilhas Graciosa, Pico e Terceira, mas também nas ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, onde existem igualmente boas condições de produção, criando mecanismos de apelo e dinamização.

Associado a estes progressos, não podemos descurar o papel do enoturismo que, conjugando a produção com a paisagem, a gastronomia e o turismo em espaço rural, pode representar uma mais-valia para as pequenas explorações vitivinícolas.

A possibilidade de conceber e alavancar projetos viáveis com suporte empresarial de fileira constitui um binómio-chave para aumentar as margens de aproveitamento de oportunidades económicas, atualmente e no médio longo prazo.

Com estas iniciativas pretende-se, assim, aumentar a tendência positiva de diversificação da produção agrícola, contribuindo para a diminuição do défice comercial de alguns produtos agrícolas regionais.

Noutra vertente deste setor, foi criado o projeto "Terra Açores", uma bolsa de terras públicas, neste momento incultas, que serão disponibilizadas a jovens empresários agrícolas, fomentando a diversificação e contribuindo para a diminuição das importações.

As florestas, por sua vez, ocupam nos Açores mais de 30% do território, dois terços das quais floresta de produção, plantada em áreas públicas e privadas e composta, predominantemente, por povoamentos de criptoméria, e um terço floresta natural ou seminatural.

Não obstante o referido papel ainda residual da floresta com funções económicas, a floresta de criptoméria constitui um ativo da economia rural regional, nomeadamente na ilha de São Miguel, onde existem recursos produtivos próprios de uma fileira florestal materializado num conjunto de micro, pequenas e médias empresas de prestação de serviços de silvicultura e exploração florestal e de transformação de material lenhoso ( serrações, carpintarias e marcenarias ).

A marca "*Criptoméria Açores*", recentemente criada para o fomento do uso da madeira desta essência florestal, constitui, desde logo, um importante incentivo.

Será necessário, assim, promover a rentabilização da fileira da madeira, muito em particular de modo a que possa contribuir para suavizar o impacto do desemprego na construção civil e junto de ativos com menos qualificações.

Por isso, será desenvolvida uma estratégia de rentabilização de matas pública de criptoméria, com vista ao seu corte, transformação e reflorestação. Associado a este processo, serão explorados mercados e circuitos adequados ao escoamento da madeira produzida, bem como a indústria para o seu adequado tratamento.

Estima-se que esta medida tenha o potencial para a criação de um milhar de postos de trabalho diretos e mais de uma centena de postos de trabalho indiretos.

Complementarmente, em todas as áreas de diversificação, serão potenciadas soluções de financiamento que estimulem a I&D agropecuária, florestal e agroalimentar na Região, envolvendo empresas, unidades de I&DT, associações setoriais, profissionais e técnicas, num esforço de qualificação das produções nas áreas de especialização e nas áreas de diversificação.

Por último, aliado ao esforço de desenvolvimento das estruturas produtivas será reforçada a promoção e divulgação dos produtos dos Açores, como o objetivo de incentivar o consumo de produtos locais ligados ao setor agrícola.

## **2.1.2. Pesca e aquicultura: um importante setor de especialização tradicional**

### **2.1.2.1. O setor das pescas**

O arquipélago dos Açores, embora apresentando a maior subárea da Zona Económica Exclusiva de Portugal, com a dimensão de quase 1 milhão de Km<sup>2</sup>, por não ter plataforma continental e ser uma zona de grande profundidade média, apresenta uma escassez de biomassa e alguma fragilidade biológica, nomeadamente nas espécies demersais e de profundidade, sendo que apenas 2,2% do total daquela área tem potencial de exploração até aos 1.000 metros de profundidade.

A pesca marítima na Região, com valores médios de descargas em lota da ordem das 13-15 mil toneladas/ano ( volume muito dependente da pesca de tunídeos ), proporciona ocupação a cerca de 3.500 pescadores, apanhadores e trabalhadores de apoio em terra.

A restante fileira da pesca gera perto de um milhar de empregos, maioritariamente na indústria de transformação, em especial a conserveira, mas também no circuito de comercialização do pescado e nos transportes marítimos e aéreos.

Embora o nível de formação dos profissionais seja ainda insuficiente, as políticas públicas têm promovido condições para uma qualificação crescente, que urge continuar, designadamente através da introdução de alterações, quer nas condições exigidas para o acesso à profissão ( e respetiva progressão nas diversas carreiras ), quer na oferta formativa, com o objetivo de agilizar todo o processo e reforçar o interesse na profissão.

A frota pesqueira regional compreende:

- O segmento da frota artesanal, constituído por pequenas embarcações com comprimento inferior a 9 metros e que, geralmente, operam até às 30 milhas;
- O segmento das embarcações da pequena pesca costeira, ou pesca artesanal, que inclui embarcações com comprimento entre 9 e 12 metros, com capacidade de pesca até às 50 milhas;

- O segmento da pesca costeira, constituído por embarcações com comprimento superior a 12 metros e com uma área de operação para além das 50 milhas.

#### Embarcações, 2011

Classes	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Número	704	4 866	14,5
Arqueação bruta	7 239	83 233	8,7
Potência (Kw)	45 647	308 928	14,6

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

A frota regional opera com diferentes artes de pesca, caracterizadas pela sua seletividade e, conseqüentemente, pelo seu contributo para a sustentabilidade dos recursos e *habitats* marinhos.

Por outro lado, a grande maioria do pescado capturado na Região, pelas suas características, destina-se à comercialização em fresco, o que coloca em evidência as dificuldades decorrentes do afastamento geográfico dos mercados.

A transformação dos produtos da pesca concentra-se, por sua vez, em unidades de produção de conservas de atum destinadas, quase exclusivamente, à exportação. Esta indústria constitui o principal canal de escoamento da produção da frota atuneira regional designadamente da espécie "bonito", com reduzida procura em fresco. Registe-se terem recentemente surgido algumas intenções de investimento privado para a transformação de outros tipos de pescado cujo potencial é merecedor de consideração.

#### Pescado Descarregado nos Portos de Pesca

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Volume de pescado (tons)</b>	9 254	11 860	15 883	11 528	9 441	18 944	16 092
<b>Tunídeos</b>	3 113	5 817	9 392	5 109	3 547	13 675	10 224
<b>Restante Pescado</b>	6 141	6 043	6 491	6 499	5 894	5 269	5 867

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

A investigação científica, desenvolvida na Região, nomeadamente pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, tem constituído, aliás, um instrumento essencial no aperfeiçoamento do conhecimento do setor das pescas, contribuindo para estimular a inovação tecnológica, promover a adequada gestão dos recursos, no respeito pela qualidade ambiental, aprofundar a articulação intersetorial e multidisciplinar no setor.

Relativamente às infraestruturas e condições materiais de suporte ao desenvolvimento da atividade pesqueira, foram realizados investimentos públicos nos anos mais recentes, sendo ainda imperativo modernizar e atualizar segmentos da rede.

Contudo, e não obstante os progressos observados nos últimos anos, subsistem constrangimentos que carecem de resposta no futuro próximo e que, de uma forma global, podem caracterizar-se por:

- Circuitos de comercialização enviesados, desde a primeira venda em lota até ao consumidor final, o que tem levado a fortes desequilíbrios na partilha das mais-valias geradas, com as desvantagens a tenderem para os produtos primários;
- Fraca rentabilidade das empresas de pesca, devido, sobretudo, à sua dimensão e estrutura organizativa, a deficiências de gestão e a elevados custos de exploração agravados pelo aumento do preço dos combustíveis;
- Baixo nível de formação profissional do setor, sobretudo a nível de conhecimentos e competências profissionais adaptados às exigências de gestão;

Neste contexto, no período 2014-2020, a promoção do setor regional das pescas assentará no binómio competitividade/sustentabilidade, numa efetiva valorização das respetivas atividades produtivas:

- Apoio às PME dos setores da produção, transformação e comercialização, tentando identificar novas áreas de negócio, sempre numa perspetiva de conservação dos recursos haliêuticos;
- Apoio à frota da pequena pesca costeira, designadamente no âmbito da melhoria de condições de segurança e de trabalho;
- Desenvolvimento de novas competências profissionais e de aprendizagem dos agentes do setor;
- Promoção da interação dos profissionais do setor com as estruturas científicas existentes, em particular o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, não apenas nas atividades da pesca mas também como parceiro para a inovação e diversificação, nomeadamente no contexto da nova fileira do mar;
- Apoio a intervenções para a adaptabilidade e modernização de infraestruturas de apoio, com vista a melhorar as condições oferecidas aos pescadores, através da introdução de novas técnicas de conservação.

#### **2.1.2.2. Diversificação: Aquicultura, um setor com potencialidades**

A aquicultura marinha é um setor em rápida expansão no espaço europeu e com elevado potencial de crescimento no âmbito da produção alimentar.

Nos Açores regista-se, no entanto, dificuldade em encontrar investidores privados para investir nesta área, isto porque as espécies produzidas com sucesso comercial na União Europeia não existem nos Açores ( casos do robalo, da dourada e do pregado, por exemplo ), mas também pelo facto de as condições meteorológicas dos Açores dificultarem a colocação de estabelecimentos *offshore*.

Apesar destes constrangimentos espera-se que o progresso tecnológico no setor permita, num futuro próximo, a introdução desta área de negócio, mais concretamente no segmento de algas e crustáceos.

Neste âmbito, o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores tem desenvolvido trabalhos de investigação, à escala piloto, destinados ao



aperfeiçoamento de técnicas de reprodução, melhoramento genético, nutrição e crescimento de espécies como cracas e lapas.

No horizonte temporal 2014-2020 a aquicultura surge assim como uma importante área de diversificação das atividades ligadas ao mar, na procura de novas áreas de negócio, que não prejudiquem o esforço de conservação dos recursos haliêuticos, devendo assegurar-se um nível elevado de proteção do ambiente, da saúde e bem-estar dos animais, bem como da saúde e segurança públicas.

Por outro lado, também na perspetiva da diversificação dos subsectores ligados à pesca, será necessário potenciar o apoio às empresas de comércio e de transformação, tendo em vista encorajar a valorização dos produtos e reforçar a estruturação da cadeia de produção.

Convém referir que as indústrias que fabricam produtos da pesca geram subprodutos que representam entre 30 e 50% do total do pescado processado, sendo fundamental estudar e desenvolver técnicas de aproveitamento desses subprodutos.

O desenvolvimento de novos processos biotecnológicos para tratamento da biomassa capturada não utilizada e dos subprodutos marinhos poderá permitir o aparecimento de novos bens com grande valor acrescentado, nomeadamente hidrolisados proteicos e concentrados de ácidos gordos da série "ómega 3", com potencial na área da saúde e nutrição humana e animal.

### **2.1.3. Turismo, um setor emergente afetado pela crise externa**

O turismo é um dos setores da economia regional com maior potencial de crescimento, com impacto na geração de rendimento e de emprego, no próprio setor e num conjunto alargado de atividades e serviços relacionadas, com efeito positivo na balança comercial por se tratar de uma atividade "exportadora".

O desenvolvimento do turismo na Região Autónoma dos Açores merece um destaque especial, ainda, pela sua ligação e complementaridade a diversos outros setores e dimensões, desde as atividades ligadas ao mar e à agricultura, passando pelas questões ambientais e, também, demográficas.

Sendo um setor de importância e prioridade relativamente recente na economia do arquipélago, o turismo assumiu um papel crescente na estratégia de desenvolvimento económico da Região.

Este crescimento tem-se baseado na sustentabilidade do destino Açores e na garantia de um equilíbrio adequado entre a atividade turística, as infraestruturas associadas e a proteção da paisagem, ecossistemas e biodiversidade, como marcas únicas da Região na Europa e no Mundo.

Esta estratégia tem merecido não apenas o reconhecimento daqueles que visitam a Região, como também, a nível internacional e europeu. Por exemplo, a *National Geographic Traveler* classificou os Açores em segundo lugar no *top* mundial do turismo sustentável e, em 2013, o arquipélago voltou a ser classificado como melhor destino turístico "verde" da Europa ( QualityCoast GOLD ), galardão atribuído pela 'European Coastal & Marine Union' (EUCC).

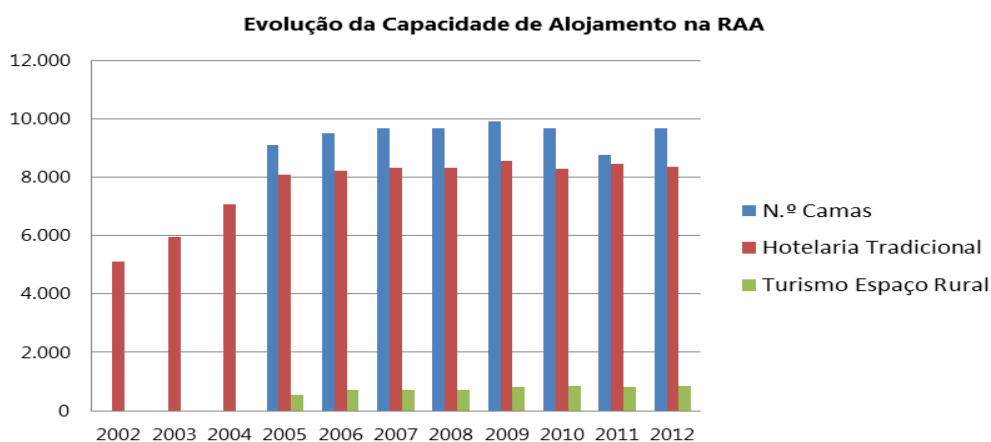
Por outro lado, a agricultura, contribuindo decisivamente para a manutenção da paisagem açoriana, encontra no turismo um fator acrescido para diversificação e um mercado por excelência para o escoamento de produtos tradicionais, incentivando a sua qualidade e valor acrescentado.

A ligação entre turismo e atividades ligadas ao mar é ainda mais clara: - a observação de cetáceos, a pesca desportiva e submarina, a vela, o iatismo, o turismo de cruzeiros, entre outros, são produtos de excelência da marca "Açores" e um fator, também, de diversificação e conversão de ativos e de técnicas tradicionais ( veja-se o exemplo da utilização de antigos postos de observação da caça à baleia, agora utilizados para o *whale watching* ).

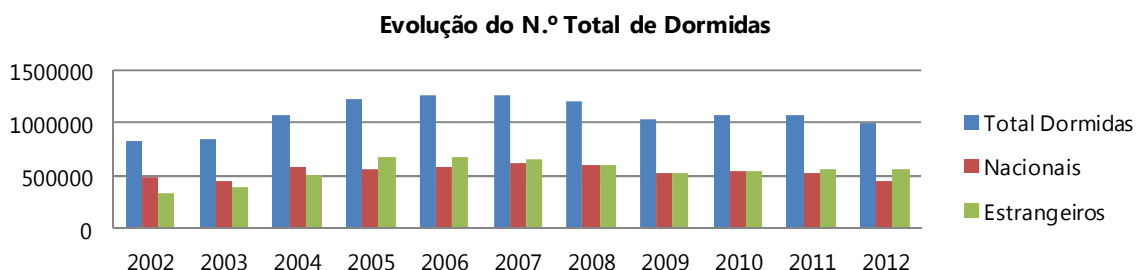
No que toca às questões demográficas, o desenvolvimento do turismo poderá, claramente, contribuir para a fixação na Região de população jovem e inovadora, em particular nas ilhas mais pequenas, através de novas oportunidades de prestação de serviços ligados à animação e atividades turísticas.

O setor do turismo surge, indubitavelmente, como uma oportunidade de diversificação, transferência de ativos e fixação de população jovem.

Neste contexto, a procura dos Açores por turistas registou um acréscimo considerável, mas sustentado, praticamente duplicando entre 2002 e 2007. Do mesmo modo e no mesmo período, foram feitos investimentos significativos que permitiram duplicar e requalificar a oferta de alojamento existente.



Deste modo, em 2007 os dados estatísticos apontavam um aumento de cerca de 200% da receita total para a economia regional, em comparação com o ano de 1996. No entanto, a atual situação nos mercados emissores para os Açores é uma das justificações de uma evolução inconstante da procura desde 2007.



Com efeito, a evolução da conjuntura económica desde 2007 é particularmente clara neste aspeto: inicia-se alguma perturbação no crescimento dos fluxos, principalmente

no número de visitantes oriundos do território nacional (principal mercado de referência), registando-se quebras, intercaladas com um aumento em 2010, ano em que se verificou alguma melhoria da conjuntura no país.

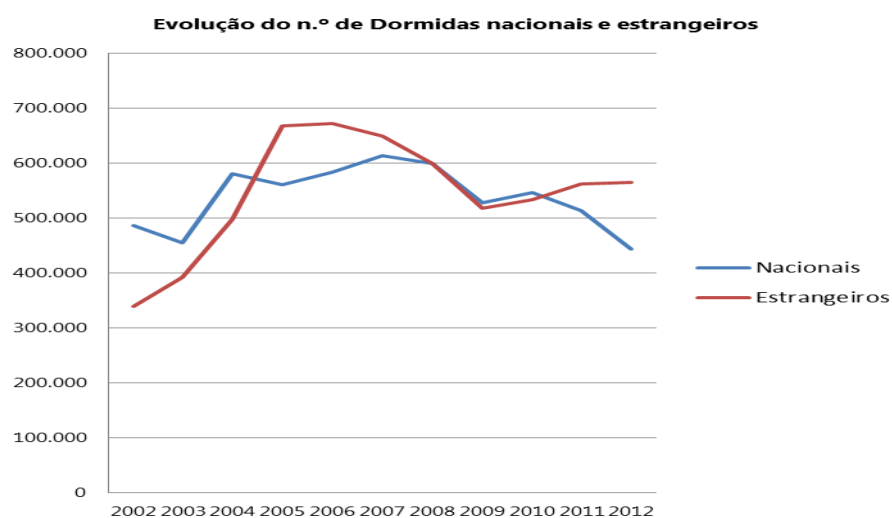
### Procura – Principais Mercados

Hóspedes (milhares) e estadias (dormidas/hóspede), segundo a residência/nacionalidade

	Hóspedes R. Portugal	Hóspedes R. Estrangeiro	Estadia R. Portugal	Estadia R. Estrangeiro
<b>2007</b>	237,0	146,6	2,6	4,6
<b>2008</b>	234,0	148,1	2,6	4,2
<b>2009</b>	221,8	135,6	2,5	4,0
<b>2010</b>	236,6	144,7	2,5	3,9
<b>2011</b>	224,5	158,0	2,5	3,8

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), Estatísticas do Turismo e DREPA

No que diz respeito aos turistas provenientes do estrangeiro, 2009 foi o ano no qual se registou uma quebra na procura do destino Açores, sendo a tendência geral de crescimento moderado.



Por outro lado, a oferta tem crescido em termos de capacidade física disponível, mas revelando simultaneamente alguma moderação, com ajustamentos de tipologia e de

exploração nas unidades hoteleiras. Destaca-se uma certa penetração do turismo em espaço rural, que começa a adquirir expressão do lado da disponibilidade de camas.

A utilização das unidades hoteleiras é ainda relativamente reduzida, nomeadamente para uma viabilidade segura das empresas, registando-se, por força da sazonalidade do turismo nos Açores, uma ocupação média que ronda os 32%.

#### Oferta e Procura Turísticas na Hotelaria

	Capacidade <sup>(1)</sup>				Dormidas			
	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Outros <sup>(2)</sup>	Total	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Outros <sup>(2)</sup>	Total
<b>2007</b>	8 153	609	735	9 497	1 184 375	19 679	87 018	1 291 072
<b>2008</b>	8 339	721	615	9 676	1 127 513	18 541	81 423	1 227 477
<b>2009</b>	8 566	820	543	9 927	1 004 804	20 603	82 723	1 108 130
<b>2010</b>	8 305	844	546	9 695	1 035 031	24 831	91 671	1 151 533
<b>2011</b>	8 465	822	524	9 812	1 033 525	23 049	93 875	1 150 449

<sup>(1)</sup> Média anual da oferta mensal de camas

<sup>(2)</sup> Casas de hóspedes, colónias de férias/pousadas da Juventude, parques de campismo e alojamentos particulares

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Contas Regionais (Base 2006)

Atualmente existe nos Açores uma oferta relativamente robusta e diversificada, distribuída pelas nove ilhas, destacando-se, neste contexto, a relevância e imprescindibilidade dos apoios públicos na construção de equipamentos hoteleiros em ilhas com menor escala.

Do mesmo modo, a sensibilização e a promoção estrategicamente orientada a mercados e segmentos específicos, a par das melhorias do produto turístico oferecido, são fatores de orientação estratégica do investimento público no setor.

Neste contexto, a promoção e desenvolvimento do setor do turismo, será preferencialmente orientado para as vertentes do turismo de natureza, turismo náutico, turismo cultural, termalismo e turismo de saúde e bem-estar em geral, aumentando a diversificação da oferta pelo aproveitamento da potencialidade dos recursos naturais.

#### 2.1.4. Setor Empresarial em geral: Uma dinâmica empreendedora

Numa perspetiva geral, o tecido empresarial dos Açores é predominantemente constituído por empresas de pequena, muito pequena e micro dimensão. As economias de escala são, naturalmente e por força dos condicionalismos reconhecidos às Regiões Ultraperiféricas, relativamente reduzidas.

<b>Indicadores Empresas</b>	<b>Açores</b>	<b>Portugal</b>
Taxa de natalidade das empresas (%)	19,04	15,09
Taxa de mortalidade das empresas (%)	22,56	19,74
Número médio de pessoal ao serviço nos nascimentos de empresas (%)	1,23	1,28
Taxa de sobrevivência a 2 anos (%)	46,06	49,36
Proporção das empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço (%)	0,09	0,55
Total das empresas com menos de 10 pessoas ao serviço: (%);	95,4	95,6
Valor Médio de pessoal ao serviço por empresa: (nº)	3,3	3,5
Volume médio de negócio (milhares de euros)	257	316,6
Valor médio da FBCF por empresa: (milhares de euros)	23	21
Valor do VAB preços de mercado por empresa (milhares de euros)	57,8	78
Peso dos custos com o pessoal no VAB (2009): (milhares de euros)	70,66	61,89
Coefficiente capital/emprego (milhares de euros)	50,07	48,48

Fontes: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, Serviço Regional de Estatística dos Açores; Contas Económicas 1999-2009; Empresas Portugal, 2010 (Instituto Nacional de Estatística); Evolução do Setor Empresarial em Portugal 2004-2010 (Instituto Nacional de Estatística)

A Região Autónoma dos Açores apresenta uma especialização da base produtiva claramente assente no setor primário e nos serviços. O VAB a preços de mercado gerado nestes setores em 2010 representava, assim, mais de 90% do VAB regional.

No entanto, observa-se um esforço de diversificação económica que deverá ser reforçado na perspetiva 2014-2020, nomeadamente, no setor agroalimentar, no turismo e nos setores científico e tecnológico de ponta.

Serão aprofundadas e identificadas lógicas de *cluster* em algumas produções, designadamente, naquelas ligadas às principais componentes da base económica, procurando-se estender essa lógica a outras atividades económicas.

A atividade Empreendedora nos Açores, *Early-Stage*, aferida pela proporção de indivíduos em idade adulta ( entre os 18 e os 64 anos ) que está envolvida num processo de *start-up* ( negócio nascente ) ou na gestão de negócios novos e em crescimento foi, em 2010, de 3,5%. Este resultado indica que, nos Açores, por cada 100 indivíduos em idade adulta, 3 a 4 estão ativamente envolvidos em *start-ups* ou na gestão de novos negócios.

Ao contrário do que ocorre na maioria ( ainda que não muito acentuada ) dos países GEM<sup>5</sup> 2010, o número de empreendedores a gerir novos negócios nos Açores ( 2,1% da população adulta ) é superior ao número de empreendedores envolvidos em *start-ups* ( 1,5% da população adulta ). Em Portugal continental, aquelas taxas assumem os valores de 1,9% e 2,6%, respetivamente.

Existe na Região Autónoma dos Açores um conjunto de setores e de produtos que apresentam condições particularmente favoráveis à ocorrência de iniciativas empreendedoras e têm também sido iniciados um conjunto alargado de programas e projetos públicos de apoio a este potencial que vão desde a Educação para o Empreendedorismo, o apoio financeiro a projetos Empreendedores, o Micro Crédito e o Capital de Risco. Nestes, destacam-se desde logo os setores agroalimentares, das pescas e seus derivados, bem como os novos setores emergentes, como o turismo ( em particular o turismo de natureza ), outras atividades relacionadas com o mar ( por exemplo, biotecnologia marinha ) ou as energias renováveis ( designadamente as relacionadas com a geotermia, o vento ou as ondas ).

Neste contexto, uma prioridade essencial para o período 2014-2020 consiste, precisamente, em aumentar a competitividade da economia regional. A apropriação pelos empresários regionais de uma estratégia mais vincada nos fatores imateriais e de competitividade da produção económica regional, será um fator indispensável para o reforço da criação de valor.

---

<sup>5</sup> O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) é o maior estudo sobre empreendedorismo realizado a nível mundial. Foi realizado pela primeira vez em 1999, fruto de uma iniciativa conjunta do *Babson College* (Estados Unidos da América) e da *London Business School* (Reino Unido)

Este objetivo deverá concretizar-se não apenas através do aproveitamento e da utilização da tecnologia disponível, mas também na introdução de novos métodos de gestão nas empresas, na sua organização e funcionamento, no fabrico e na comercialização dos produtos, aspetos que serão devidamente contemplados no novo ciclo de ajudas públicas ao fomento do investimento privado.

Constituem objetivos operacionais, nesse âmbito, desenvolver ligações e sinergias entre as empresas regionais, centros de I&D e Inovação e o ensino superior, valorizando economicamente e reforçando as capacidades instaladas em investigação e inovação (I&I), bem como promover a formação e a qualificação de uma mentalidade e motivações empresariais orientadas para a promoção do investimento das empresas em inovação, em especial no domínio do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, apoio tecnológico e investigação aplicada, inovação social e aplicações de interesse público e redes.

Estes são, aliás, objetivos operacionais, de natureza transversal, para toda a economia regional, atribuindo-se ao setor público e administrativo um papel de facilitador, de potenciador de resultados e de responsável direto pelas políticas ativas de apoio às empresas.

A adoção de uma estratégia de “especialização inteligente”, que está a ser objeto de preparação e de discussão com todos os parceiros, constituirá uma alavanca para um novo rumo para a economia regional.

O quadro completo das medidas de apoio à atividade económica da Região Autónoma dos Açores foi recentemente condensado numa proposta que, após o período de apresentação e discussão públicas, constitui a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial. Das medidas previstas, destaca-se:

- O fomento do empreendedorismo;



- A promoção do espírito empresarial, facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas *start-up* ( inclusive, através de viveiros e incubadoras de empresas, apoiado no reforço dos instrumentos de engenharia financeira );
- O desenvolvimento de serviços de apoio às empresas;
- O apoio à internacionalização das PME e à “exportação” de bens e serviços para fora do espaço da ilha/arquipélago, conferindo alguma escala à produção regional.

Será aprofundado o apoio ao desenvolvimento na Região de novos produtos e serviços TIC e o reforço e alargamento da utilização e desenvolvimento das aplicações de TIC, visando o aparecimento de novas áreas de negócio e a diminuição de tempos e custos de contexto para as empresas.

No domínio das produções onde a Região detém vantagens naturais e competitivas, é objetivo aumentar o rendimento da produção, reduzindo a dependência do exterior e fomentado as exportações das fileiras agroalimentar e agroflorestal com modos de produção e transformação competitivos e “amigos do ambiente”.

Nessa medida, serão definidas orientações estratégicos de base setorial em áreas específicas, assentes essencialmente nos recursos endógenos e em vantagens comparativas, numa lógica associada aos conceitos de economia verde, economia do mar e a economia da criatividade.

## **2.2. Melhorar a acessibilidade ao mercado único**

Neste ponto, entender-se-á, na sequência da Comunicação da 2012, por “acessibilidade”, não apenas a componente transportes, mas também transferência de conhecimentos e implementação e melhoria do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação.

## **2.2.1. Transportes aéreos, marítimos e terrestres**

### **A realidade arquipelágica e um sistema complexo de acessibilidade**

Nos Açores, os sistemas de acessibilidade e transporte ganham uma importância fundamental, pelas reduzidas opções de mobilidade num arquipélago disperso, bem como pelas inerentes particularidades no domínio do transporte rodoviário, no interior de cada ilha, e do marítimo e aéreo, em resposta às funções de entrada e saída de pessoas e de mercadorias, tanto em cada uma das nove ilhas como para o exterior da Região.

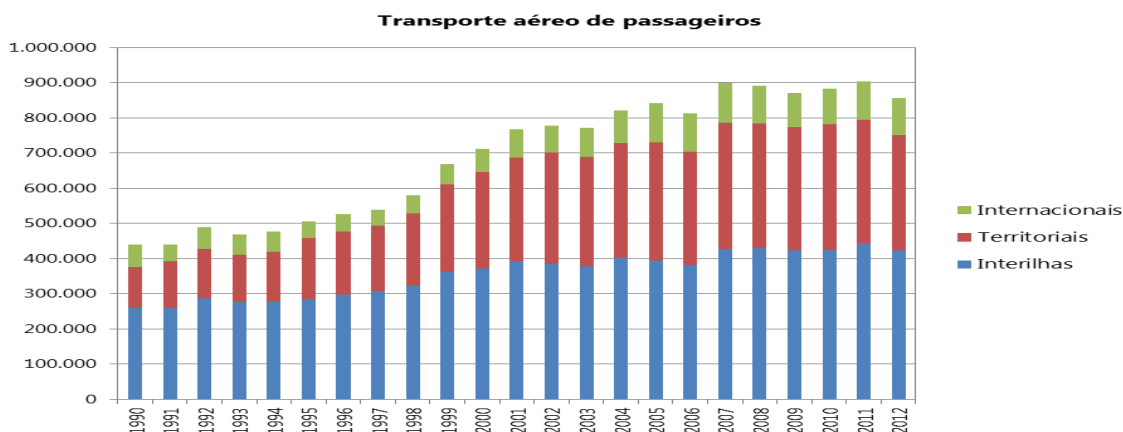
Com efeito, ao contrário das regiões continentais, onde existe a alternativa do transporte ferroviário e, em alguns sistemas urbanos, plataformas com combinação dos diversos modos de transporte, na Região Autónoma dos Açores a movimentação de bens e pessoas em cada ilha é satisfeita, obrigatória e exclusivamente, através do transporte rodoviário, ligando as zonas mais interiores e vincadamente rurais às próximas da costa, onde se encontram zonas mais urbanizadas e a oferta dos principais serviços públicos e comerciais.

Por outro lado, numa Região localizada a mais de 1.500 km da costa continental europeia, constituída por nove ilhas dispersas por 600 km e onde as condições de navegação são difíceis durante grande parte do ano, verifica-se uma grande dependência do transporte aéreo de passageiros, quer nas ligações internas, quer ainda, de um modo exclusivo, nas ligações com o exterior do território insular.

Com efeito, a natureza dispersa e afastada das ilhas, conjugada com a revolta característica do mar envolvente, na maior parte do ano, originou uma certa especialização dos sistemas de transporte, fazendo-se o de pessoas, essencialmente, por via aérea. Existem, assim, nove aeroportos ou aeródromos, que servem as populações das nove ilhas dos Açores, existindo ainda cinco *gateways* nos Açores.

A nível das infraestruturas, têm vindo a realizar-se obras de beneficiação em algumas aerogares e na melhoria das condições de pistas, para além da renovação e ampliação dos equipamentos de apoio à operação aeroportuária.

O volume de passageiros movimentados nos aeroportos do arquipélago estrutura-se, assim, em grandes segmentos de tráfego, conforme respetivas origens e destinos: inter-ilhas e com o exterior, assumindo neste caso a maior representatividade com outros aeroportos portugueses, isto é, no tráfego territorial. Este segmento verificou, em 2011, uma diminuição da procura nas viagens de e para os Açores.

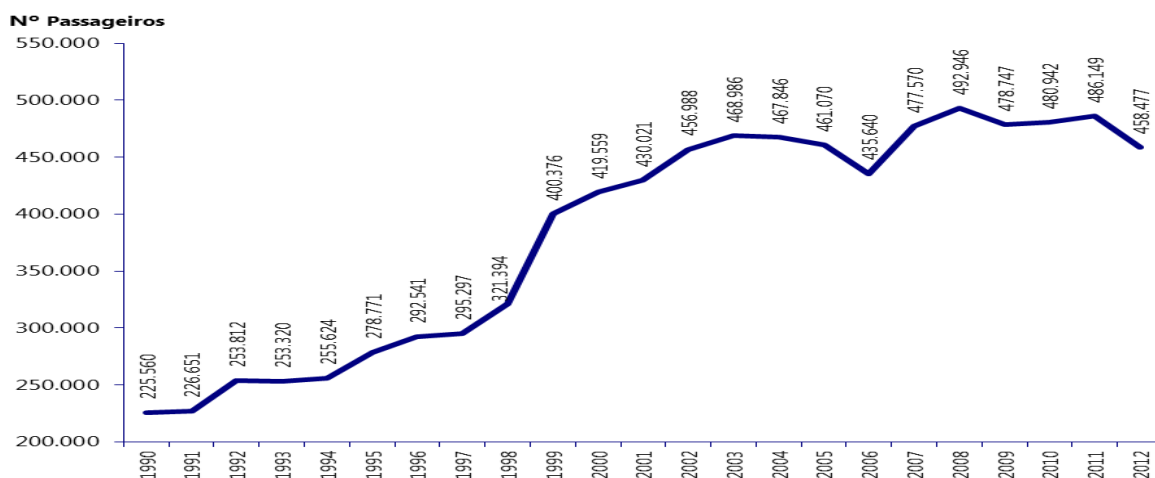


No atual contexto, existem também algumas incertezas quanto à evolução do funcionamento e prestação de serviços nos quatro aeroportos/aeródromos (Ponta Delgada, Santa Maria, Horta e Flores) sob gestão de empresa pública e da companhia aérea nacionais, decorrentes do impacto que os respetivos processos de privatização possam ter na Região.

O transporte marítimo de passageiros inter-ilhas tem, por sua vez, atualmente uma dinâmica crescente e que decorre de medidas tomadas na última década e meia. Na verdade, após 20 anos de interrupção, este modo de transporte sazonal de passageiros ( apenas permitindo ligações entre todas as ilhas do arquipélago em alguns meses do ano ), ressurgiu em 1998 e tem assistido a um aumento gradual do número de passageiros transportados.

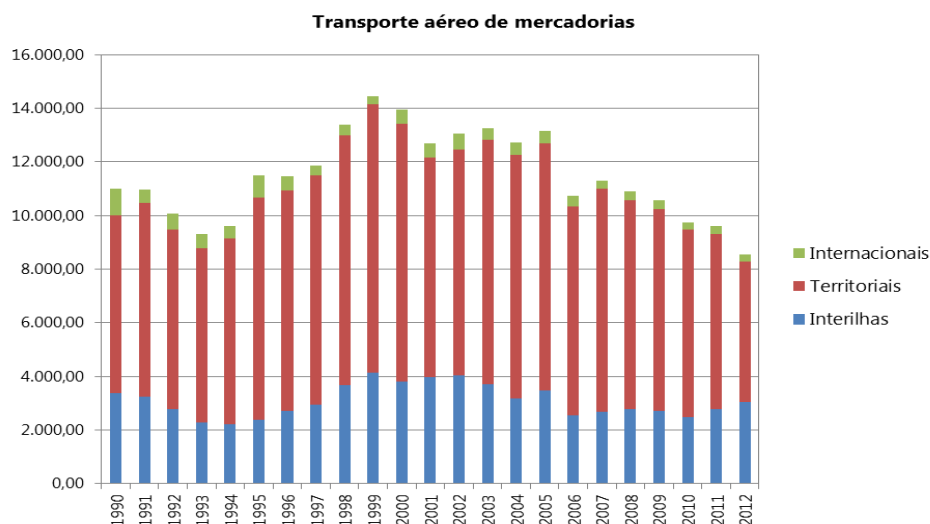
Hoje, apesar da sazonalidade, o transporte marítimo de passageiros permite que dezenas de milhares de pessoas circulem, durante o verão, por todo o arquipélago por via marítima, aumentando o turismo interno, dinamizando o comércio, a restauração, a hotelaria e outros serviços, principalmente das ilhas mais pequenas.

### Transporte marítimo de passageiros

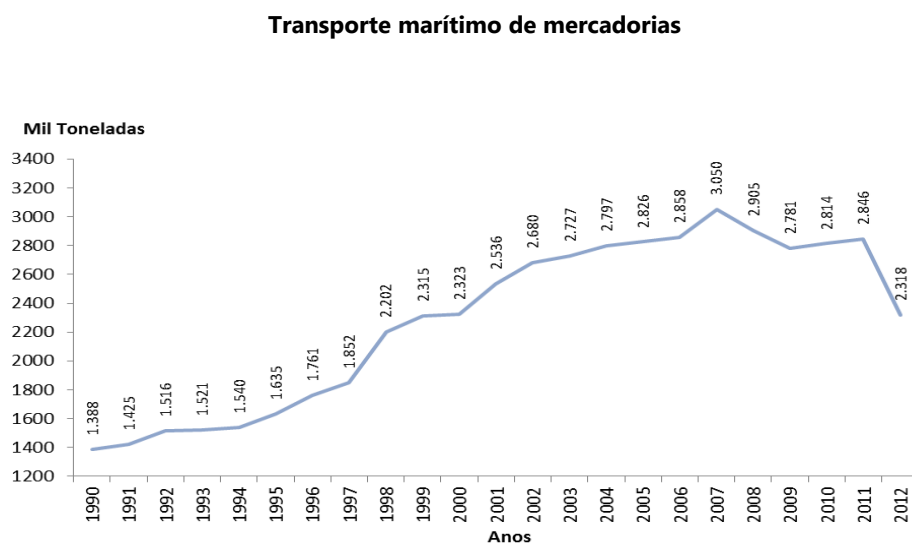


O transporte marítimo de mercadorias assume, por sua vez, de igual modo, uma importância vital para o desenvolvimento económico, também porque quase todas os bens importados e exportados pela Região são-no por esta via, sem possibilidade de recurso a soluções alternativas e intermodais.

Saliente-se ainda que o transporte aéreo de mercadorias inter-ilhas é relativamente residual face ao fluxo total de mercadorias movimentadas. No entanto, existem alguns tipos de mercadorias, de grande valor acrescentado e potencial, como por exemplo o peixe fresco e as flores para exportação, que, dada a sua natureza, necessitam transporte com o máximo de rapidez. Os investimentos em infra-estruturas portuárias (rampas ro-ro, gruas e outras) conduzidos nos últimos anos criam agora as condições base para que este mercado interno de transporte e venda de mercadorias entre as ilhas possa ser potenciado e crescer dando assim mais um contributo positivo à dinamização económica.



Em consonância com o processo de desenvolvimento económico da Região, o transporte de mercadorias por via marítima aumentou exponencialmente até 2007, com mais 3.050 toneladas ( 10 anos antes eram 1.850 ), atingindo o seu valor máximo e diminuindo a partir de então, embora com recuperação a partir de 2009 até 2011.



O volume de cargas movimentadas nas infraestruturas dos portos comerciais e nos aeródromos/aeroportos, apesar do decréscimo do produto interno, demonstrou alguma resiliência neste contexto de abrandamento económico, pelo menos no período anual completo, para o qual se dispõe de informação e dados.

Neste contexto, sendo positiva a avaliação global da evolução do sistema portuário regional, em alguns portos verificam-se ainda limitações de espaço e condições nas

operações, bem como de exiguidade e dificuldade na operacionalidade de alguns terminais de passageiros, em particular para o volume de passageiros durante a época do verão.

Acresce ainda a necessidade de assegurar, por navios devidamente adaptados às condições prevalentes no espaço marítimo que circunda o arquipélago, a movimentação de cargas e de passageiros, com acessos a todas as ilhas.

Numa visão e perspetiva mais ampla da localização atlântica do arquipélago, pretende-se ancorar uma logística, inserida numa gestão da cadeia de abastecimento, de fluxo e de armazenamento eficiente e económico de bens e produtos, no contexto da economia e trocas que se desenvolvem no espaço do atlântico norte, que se constituem com um desafio futuro.

No plano dos transportes marítimos, uma maior fluidez do tráfego, melhores condições de preço e rapidez e o aproveitamento e desenvolvimento de novos segmentos de negócio, como sejam o mercado dos cruzeiros, são identificados como oportunidades para a geração de economias externas à restante atividade económica e funcionamento da sociedade.

Assim, pela natureza arquipelágica do território e pelo seu isolamento no atlântico norte, será potenciada uma coordenação eficaz entre transportes terrestres, aéreos e marítimos, nos segmentos do movimento das pessoas e das cargas.

No domínio dos transportes terrestres a prioridade principal será a de oferecer uma qualidade mínima da rede viária que serve as principais infraestruturas básicas ao nível de ilha, aeroporto/aeródromo, zona portuária, zonas industriais, e outros segmentos que se revestem de um carácter estratégico como será o caso dos circuitos turísticos, privilegiando a segurança do tráfego rodoviário e também a qualidade do serviço público de transportes terrestres.

No domínio dos transportes marítimos os investimentos a promover terão como objetivo a eficiência do serviço, baixando o seu custo para uma maior competitividade, implementando um circuito regular de passageiros e mercadorias e

promovendo a integração da Região nas redes de transportes marítimos internacionais. Perspetiva-se também a necessidade de um investimento estratégico ao nível de aquisição de navios tipo *ferrrie* que sirvam a globalidade das ilhas.

No domínio dos transportes aéreos pretende-se manter a regularidade e fiabilidade do serviço, proceder à revisão das Obrigações de Serviço Público para as ligações ao Continente, bem como dotar as infraestruturas de condições de segurança e eficácia da operação inter-ilhas, mantendo deste modo um adequado cumprimento das obrigações de serviço público.

Em suma, o setor dos transportes assume natural importância no contexto geográfico dos Açores. A modernização do setor, a descida dos custos, em termos reais, ao longo do tempo e o aumento das frequências e das infraestruturas traduzem vantagens no alargamento do horizonte da produção económica regional.

### **2.2.2. Comunicação, ciência, tecnologia e inovação**

A ciência, a tecnologia e a inovação são perspetivadas como decisivas alavancas da economia dos Açores numa perspetiva 2020.

Ao nível das telecomunicações, a situação regional não difere substancialmente do que se passa a nível nacional, quer ao nível da infraestrutura, quer no âmbito dos serviços oferecidos. Mantinha-se, porém, uma lacuna na penetração das redes de nova geração nas ilhas do grupo ocidental, situação ultrapassada com a abertura de fundos estruturais regionais para esse efeito.

O investimento em curso, que terminará este ano, tem como objetivo a instalação, gestão e manutenção de uma rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade nas Flores e no Corvo, as duas ilhas excluídas da rede de cabo de fibra ótica.

Ainda neste âmbito, alargou-se a um conjunto assinalável de outros concelhos da Região a construção de uma rede no âmbito deste projeto, que permitirá mitigar os atuais condicionalismos e proporcionará a utilizadores residenciais e empresariais o

acesso a serviços de banda larga de nova geração, desenvolvendo-se uma oferta grossista que irá permitir a todos os operadores retalhistas a disponibilização dos mais avançados serviços de telecomunicações.

O investimento realizado nos Açores em I&D começa a aproximar-se dos patamares nacionais e europeus, verificando-se no entanto a necessidade de incutir uma maior dinamização da investigação científica por via do investimento público e privado neste setor.

**Despesa de I&D em % do PIB**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>EU-27</b>	1,86	1,87	1,88	1,87	1,83	1,83	1,85	1,85	1,92	2,01	2,00
<b>Portugal</b>	0,73	0,77	0,73	0,71	0,75	0,78	0,99	1,17	1,50	1,64	1,59
<b>Açores</b>	0,34	0,32	0,36	0,41	0,38	0,35	0,38	0,41	0,42	0,79	n.d.

Fonte: Eurostat

Neste contexto, o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores tem precisamente por função integrar os organismos de investigação científica, as infraestruturas tecnológicas e as de divulgação científica e tecnológica e as instituições de ensino superior com sede na Região, bem como os organismos públicos e privados de coordenação, gestão, acolhimento e valorização de atividades de ciência e tecnologia e ainda parcerias de I&D.

Nos últimos anos, tem-se incentivado e promovido a atividade de investigação, em várias áreas científicas, como nas das ciências do mar, da biotecnologia, das ciências da vida, do ambiente, das ciências do espaço, da economia, das ciências sociais e da climatologia, entre outras.

No horizonte 2020, perspectiva-se o desenvolvimento de uma estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente, indo de encontro aos



objetivos da Estratégia Europa 2020, estimulando a investigação e inovação em contexto empresarial.

No âmbito duma transformação económica integrada, privilegiar-se-ão áreas nas quais a Região Autónoma dos Açores tem capacidade de produzir valor e desenvolver propriedade intelectual, nomeadamente, nas áreas das energias renováveis, biotecnologias e ciências do mar, nas nanotecnologias, na modelação e exploração de depósitos em profundidade.

### **2.3. Promover a integração regional**

Um dos objetivos mais propagados da estratégia da União para as RUP tem sido o de promover a sua integração regional no interior das respetivas zonas geográficas, a fim de alargar a esfera de influência da UE em termos socioeconómicos e culturais, bem como a promoção de uma atividade comercial mais intensa e de uma maior partilha de conhecimentos.

As RUP são, efetivamente, postos avançados da UE nas zonas onde se encontram e a UE será, claramente, beneficiária das suas estreitas relações com os países e territórios ultramarinos, com os países terceiros, como as nações emergentes, com os países em desenvolvimento e com os países desenvolvidos que partilham com as RUP laços históricos e culturais. Este é um eixo, assim, que urge finalmente concretizar.

#### **2.3.1. Espaço Macaronésia e Atlântico**

Falar de inserção regional para os Açores adquire contornos diferentes das restantes RUP, não só em relação à situação de facto, como também, pelo menos até ao presente, no que toca à aplicabilidade de instrumentos jurídicos da UE.

Os Açores são a mais isolada das RUP, situados no atlântico norte, a meio caminho entre a Europa e a América, cujo vizinho mais próximo é, precisamente, a região ultraperiférica da Madeira. Mas este maior isolamento geográfico não significa que a

situação dos Açores seja impeditiva da promoção e valorização da sua inserção regional.

Ao contrário, a integração e abertura de uma região a espaços geográficos fora da UE não é – nem pode – ser aferida por critérios de maior ou menor proximidade geográfica. A riqueza dos laços históricos, linguísticos e culturais entre os diversos territórios do mundo, não obstante a distância geográfica, afigura-se como uma dimensão não negligenciável do processo de integração e inserção de uma região ultraperiférica como os Açores.

Neste caso específico, a riqueza da História dos Açores e índole das suas gentes resultaram na existência de comunidades descendentes de emigrantes açorianos na América do Sul ( no Brasil e no Uruguai ), bem como no oceano pacífico, no Havai, cujas populações procuram uma aproximação com as suas raízes e origens culturais e históricas.

Na América do Norte, nas costas da Nova Inglaterra e da Califórnia, no Canadá, e também nas Bermudas, encontramos, hoje, as maiores comunidades, que juntam emigrantes com descendentes de primeira, segunda e terceira gerações, mantendo a língua portuguesa, bem como a cultura, as tradições e festividades açorianas.

Fruto de uma história, cultura e inserção geográfica comuns, os Açores têm, também, uma relação privilegiada com o arquipélago atlântico e República de Cabo Verde.

Localizados a 1.500 quilómetros da costa continental europeia e a 3.900 da costa norte-americana, o espaço de integração dos Açores alarga-se assim, ao espaço atlântico, para a Macaronésia e demais regiões ultraperiféricas da Europa, para o norte e sul do continente americano e, até, ao oceano pacífico.

O objetivo de promover uma política que integre as RUP no seu espaço geográfico adquire, pois, uma dimensão própria no que diz respeito às regiões insulares portuguesas e, muito em especial, aos Açores, mas que em nada diminui aquele fim e os benefícios deles decorrentes para a UE.

As relações, não apenas culturais, mas também políticas, institucionais e científicas das regiões portuguesas devem, desde logo, ser encaradas como uma mais-valia para toda a UE, promovendo o diálogo transatlântico e a projeção mundial da cultura e influência europeias, reafirmando o grande contributo que estas regiões trazem para o relacionamento da Europa no mundo.

A proximidade dos Açores, em diversas dimensões, com outros territórios do globo revela também um importante mercado para os produtos tradicionais, que não pode ser negligenciado.

Por outro lado ainda, não se pode esquecer o caso particular dos territórios da América do Norte, zonas de grande desenvolvimento económico, inseridas em países de vanguarda na utilização de tecnologia e conhecimentos científicos.

A localização geoestratégica dos Açores e aproximação entre instituições dos Açores e da América do Norte, ao que acresce o valor do território das ilhas como laboratórios naturais por excelência e ponto de confluência do saber científico e da inovação, potenciará a sua competitividade, em benefício de toda a UE.

Neste contexto, torna-se fundamental que a estruturação da política de cooperação territorial europeia para 2014-2020 permita, efetivamente, à Região Autónoma dos Açores aprofundar o seu espaço de relacionamento, em particular, através da participação nas modalidades de cooperação transfronteiriça e transnacional, que lhe permita o desenvolvimento de projetos comuns com as suas áreas de integração regional, ou seja, a Macaronésia e um espaço alargado atlântico, até à América.

Por outro lado, o arquipélago dos Açores, atendendo não apenas à sua centralidade atlântica, mas também aos meios com que a Região está dotada e ao comprovado trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito da Oceanografia e da cooperação internacional, constitui certamente uma mais-valia na implementação da aliança de investigação sobre o Oceano Atlântico, no âmbito do recente acordo de Galway, assinado entre a União Europeia, os Estados Unidos da América e o Canadá.

Do mesmo modo, a concretização dos objetivos da Estratégia Europeia para a Investigação Marinha e do Plano de Ação para o Atlântico passam também por uma forte vertente transatlântica, envolvendo a cooperação da UE com os Estados Unidos e o Canadá.

A Região Autónoma dos Açores e, em particular, o seu vasto território marítimo constituem-se como parte fundamental e incontornável desta união de esforços e o reforço da cooperação em torno da investigação sobre o oceano Atlântico, também como instrumento, por excelência, para o aprofundamento da sua inserção regional.

## **2.4. Governação eficiente e eficaz**

### **Crescimento inteligente: Promover uma Governação eficiente e eficaz**

A administração pública regional dos Açores deu passos significativos no sentido da necessária aproximação ao cidadão e na redução dos custos de contexto.

Por outro lado, ao nível da gestão dos fundos estruturais, a Região teve os seus entre os primeiros programas aprovados a obterem a essa qualidade no país e os sistemas de gestão obtiveram sempre uma declaração de conformidade para prosseguir a gestão operacional da programação.

Neste contexto e no quadro 2014-2020, serão desenvolvidas ações para a melhoria das capacidades institucionais e eficiência da administração pública em geral e, em particular, nos sistemas de ensino público, das políticas sociais com financiamento comunitário, bem como das estruturas que proporcionam proximidade, celeridade e eficiência na relação dos cidadãos e empresas com a administração pública.

Por outro lado, promover-se-á uma clarificação na articulação entre os níveis de administração pública regional e local, consolidando e incrementando a fiabilidade das infraestruturas tecnológicas e aumentando a eficiência na execução dos procedimentos e processos.

### **3. Crescimento Sustentável: Um ambiente, uma paisagem e uma vivência distintas**

Neste ponto, abordaremos o crescimento sustentável na Região Autónoma dos Açores, em clara articulação com o eixo ambiental identificado na Comunicação de 2012, no qual devem ser inseridas as ações de combate às alterações climáticas em todas as políticas pertinentes.

#### **3.1. Os recursos naturais e sustentabilidade ambiental**

As ilhas dos Açores são amplamente reconhecidas pelo elevado nível de qualidade ambiental e pelo potencial dos seus recursos naturais. A exploração racional e sustentável do território, terrestre e marítimo, é transversalmente assumida como um desígnio coletivo, consubstanciado no desenvolvimento equilibrado e no crescimento sustentável.

Têm vindo a ser criadas estruturas e instrumentos legislativos que sustentam a regulação do ambiente, dos recursos hídricos e do ordenamento do território, contribuindo para um salto qualitativo da Região em termos ambientais. Atualmente, existe um vasto conjunto de instrumentos de ordenamento do território, com os planos diretores municipais ( PDM ) a abrangerem todos os concelhos da Região, e ainda vários planos especiais de ordenamento ( PEOT ) da orla costeira, de bacias hidrográficas das lagoas e de áreas protegidas.

Em matéria de recursos hídricos destaca-se o cumprimento das obrigações comunitárias decorrentes da Diretiva Quadro da Água, designadamente a elaboração do Plano de Gestão de Região Hidrográfica, bem como o desenvolvimento das ações de caracterização e monitorização da qualidade dos recursos hídricos que abrangem a generalidade das massas de água da Região.

### Massas de águas sujeitas a caracterização e monitorização (DQA)



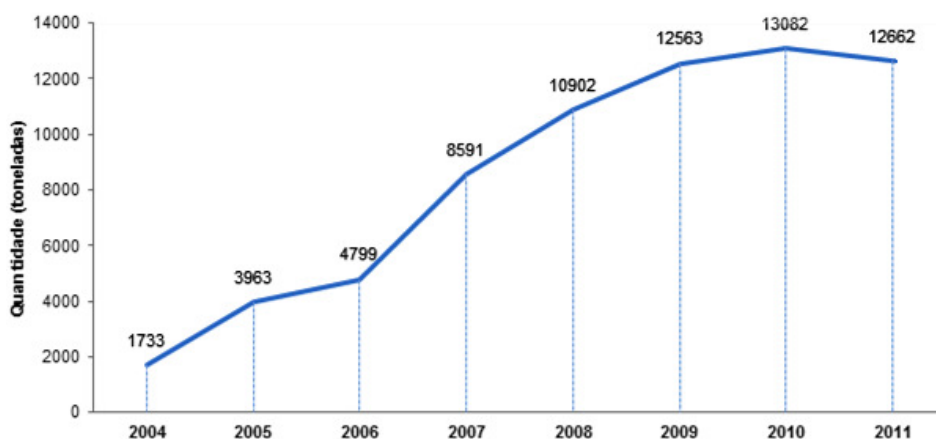
Fonte: Direção Regional do Ambiente, Governo Regional dos Açores

Por outro lado, as características dos sistemas biofísicos insulares, aliadas a intervenções antrópicas e aos efeitos das alterações climáticas, potenciam o desequilíbrio dos regimes hidrológicos e a vulnerabilidade à erosão hídrica e costeira.

Assim, a Região tem vindo, gradualmente, a desenvolver redes de monitorização do ciclo hidrológico e de riscos hidrogeológicos, em particular movimentos de massas, ligando essas redes a sistemas de alerta, num processo que necessita de ser incrementado e completado.

No combate aos passivos ambientais, destaca-se o objetivo de dotar a Região de infraestruturas de gestão de resíduos, de modo a implementar tecnosistemas apropriados para uma adequada valorização de resíduos, eliminando-se assim a deposição de resíduos em lixeiras e aterros.

### Evolução da expedição de resíduos para valorização em entidades gestoras nacionais



Fonte: Direção Regional do Ambiente, Governo Regional dos Açores

Neste contexto, já estão construídos cinco centros de processamento de resíduos ( São Jorge, Pico, Graciosa, Flores e Corvo ), e outros dois em fase adiantada de construção ( Santa Maria e Faial ). Em complemento, tiveram início os investimentos conducentes à construção das centrais de tratamento e valorização de resíduos nas ilhas Terceira e São Miguel.

Destaca-se também a criação de nove Parques Naturais e de um Parque Marinho, que agregam a gestão de todas as zonas consideradas fulcrais para a conservação da natureza, enquanto, em paralelo, se estruturou uma rede regional de centros de interpretação ambiental.

O valor patrimonial de algumas das áreas protegidas e a sensibilidade dos seus ecossistemas exigem uma monitorização e um controlo permanente das principais ameaças, com destaque para a flora invasora. Assim foram já desenvolvidos projetos de erradicação e controlo de espécies de flora invasora, alguns dos quais acompanhados da plantação de flora endémica.

O aumento progressivo das áreas protegidas e a obtenção de um conjunto de certificações internacionais demonstram o nível de qualidade ambiental dos Açores. Rede Natura 2000, Reservas da Biosfera, Rede Europeia de Destinos de Excelência, QualityCost, EcoEscolas e Bandeira Azul, entre muitos outros, reconhecem o mérito

das ações empreendidas, exigindo, num quadro 2014-2020, uma reforçada articulação de políticas conducentes à manutenção da imagem de qualidade ambiental dos Açores a nível nacional e internacional.

Outra distinção merecedora de destaque refere-se à classificação pela UNESCO da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico como Património Mundial. A criação desta área de paisagem protegida teve como objetivo primeiro combater o progressivo desaparecimento dos sistemas tradicionais de utilização do solo enquanto ameaça à identidade da paisagem e à salvaguarda dos valores naturais, paisagísticos e culturais a ela associados.

Até esta data, foram reabilitados, mantendo os sistemas tradicionais de cultura, mais de 50 hectares de vinhas, antes ocupadas por flora invasora, processo que deverá ser continuado e reforçado.

A Região dispõe, por outro lado, uma rede de monitorização da qualidade do ar, composta inicialmente por uma estação na ilha do Faial e alargada, em 2012, a mais duas estações em São Miguel.

De acordo com o relatório da qualidade do ar de 2012, os Açores continuam a usufruir de uma boa qualidade do ar, confirmada pela classificação de "Bom" no índice global da qualidade do ar, condicionado pelo poluente ozono.

Existem, no entanto, ainda alguns constrangimentos ambientais merecedores de uma atenção especial no quadro 2014-2020, nomeadamente, ao nível da gestão de resíduos, da existência de espécies invasoras, da dependência de fontes energéticas exteriores, da utilização da paisagem terrestre e recursos submersos, bem como da valorização dos recursos naturais.

As alterações climáticas globais colocam, por outro lado, uma elevada pressão às ilhas açorianas, territórios limitados e frágeis.

Em termos gerais, no que se refere aos equipamentos e infraestruturas ambientais, haverá de consolidar o funcionamento de todas as infraestruturas já em



funcionamento, implementar as que ainda não se encontram no nível operacional desejável e estabilizar a atuação dos instrumentos de regulação e monitorização da qualidade do ambiente, terrestre e marítimo, e da qualidade do ar.

Neste contexto, ao nível da conservação da natureza e sensibilização ambiental e num horizonte 2020, será dado destaque à preservação do património natural dos Açores e à gestão da biodiversidade, materializados numa atenção particular à afirmação das redes regionais de parques, ecotecas, jardins e centros de interpretação, bem como no incremento dos programas de erradicação e controlo das espécies invasoras. Em paralelo, continuarão a ser promovidos projetos de florestação com espécies endémicas.

Será reforçado, ainda, o trabalho de planeamento, monitorização e gestão do território, prosseguindo os processos de avaliação dos instrumentos de ordenamento em vigor e conferindo particular relevância aos investimentos associados à execução dos planos de ordenamento de bacias hidrográficas de lagoas.

Dada a importância do ciclo da água, será acautelada a manutenção dos serviços ecológicos prestados por turfeiras, lagoas e ribeiras no arquipélago, numa perspetiva de requalificação, proteção e monitorização dos recursos hídricos.

Está igualmente previsto o desenvolvimento de um programa integrado de intervenção nas linhas de água e de qualificação dos recursos hídricos, como forma de acautelar os efeitos das alterações climáticas e prevenir a ocorrência de catástrofes, associadas à hidrologia e aos movimentos de vertentes.

Em simultâneo, prosseguirá o processo de generalização das redes de monitorização e alerta do ciclo hidrológico, as quais, associadas aos sistemas de alerta e à cartografia de riscos em desenvolvimento, são essenciais para a gestão dos recursos, o adequado uso e ordenamento do território e, mesmo, enquanto instrumento de auxílio ao planeamento civil de emergência.

Em complemento, subsiste a necessidade de intervir nas redes de abastecimento de água e de saneamento em alguns concelhos dos Açores, cujas redes padecem ainda de défices de cobertura e fiabilidade.

No domínio da gestão de resíduos, destaca-se a conclusão da rede de centros de processamento de resíduos dos Açores e a sua operacionalização, no âmbito do Plano Estratégico para a Gestão dos Resíduos, bem como a construção das centrais de valorização energética nas duas ilhas de maior dimensão ( São Miguel e Terceira ). Serão, ainda, desenvolvidas soluções específicas e dimensionadas para fluxos especiais de resíduos.

Ao nível da qualidade ambiental, serão promovidas ações de monitorização e vigilância do estado do ambiente e das alterações climáticas, sem esquecer a problemáticas das pragas urbanas.

### **3.2. A produção e a eficiência energéticas**

Uma economia de baixo carbono é um dos objetivos estratégicos do espaço europeu e, naturalmente, das autoridades regionais dos Açores, partindo da constatação que a natureza vulcânica e o clima dos Açores permitem vantagens específicas na produção de energia renovável, nomeadamente, a partir de fluidos geotérmicos e dos sistemas eólicos, entre outras opções.

A utilização de energias renováveis permite promover a redução das emissões poluentes e uma economia mais competitiva, de baixo teor em carbono e eficiente na utilização sustentável dos recursos.

No âmbito energético, a Região Autónoma dos Açores é constituída também por um conjunto de nove sistemas electro-produtores independentes ( um por ilha ), sem capacidade de interligação com outros centros de produção e de consumo e, ainda, com características muito diversas.

**Caracterização da capacidade instalada de geração por fonte do sistema electro-produtor - 2010**

<b>2010 (KW)</b>	<b>Térmica</b>	<b>Geotérmica</b>	<b>Hídrica</b>	<b>Eólica</b>	<b>Total</b>	<b>% Total</b>
<b>Santa Maria</b>	7 403	0	0	900	8 303	3%
<b>São Miguel</b>	98 064	29 600	5 030	0	132 694	50%
<b>Terceira</b>	61 116	0	1 432	4 500	67 048	25%
<b>Faial</b>	19 107	0	320	1 800	21 227	8%
<b>São Jorge</b>	8 228	0	0	1 150	9 378	4%
<b>Pico</b>	16 763	0	0	1 800	18 563	7%
<b>Graciosa</b>	4 230	0	0	800	5 030	2%
<b>Flores</b>	2 327	0	1 484	600	4 411	2%
<b>Corvo</b>	536	0	0	0	536	0%
<b>Açores</b>	<b>217 774</b>	<b>29 600</b>	<b>8 266</b>	<b>11 550</b>	<b>267 190</b>	100%
<b>% do Total</b>	<b>82%</b>	<b>11%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>100%</b>	

Note-se, em particular, que a energia geotérmica, apesar de representar a fonte de energia renovável com maior capacidade instalada em toda a região, existe de momento apenas em São Miguel, a maior ilha do arquipélago, onde a produção através de fontes renováveis atinge os 50%.

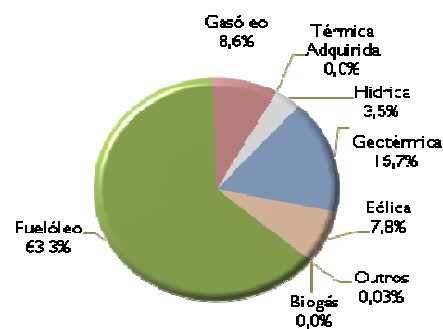
Numa perspetiva global, a geração de energia elétrica a partir de energias renováveis ( geotérmica, eólica, hídrica ) atinge valores muito consideráveis nos Açores, tendo representado, em 2010, 28% da produção de energia elétrica total.

**Caracterização da energia produzida - 2010**

<b>2010</b>	<b>Energia produzida (GW)</b>	<b>% do consumo de eletricidade</b>	<b>% de penetração de renováveis</b>
<b>Santa Maria</b>	21,75	2,55%	11%
<b>São Miguel</b>	453,42	53,37%	44%
<b>Terceira</b>	214,74	25,27%	9%
<b>Faial</b>	53,26	6,30%	6%
<b>São Jorge</b>	30,94	3,65%	6%
<b>Pico</b>	47,86	5,61%	12%
<b>Graciosa</b>	14,30	1,67%	9%
<b>Flores</b>	12,04	1,42%	49%
<b>Corvo</b>	1,39	0,16%	0%
<b>Açores</b>	849,70	100%	28%

Não obstante a relevância da atual produção de energia de fonte renovável, é certo que há ainda um grande potencial a aproveitar e, como tal, um caminho a percorrer em matéria de penetração de energias renováveis na produção de eletricidade. Muito embora, como foi já referido, desde os mais antigos sistemas hidroelétricos, passando pelo aproveitamento industrial dos recursos geotérmicos e a expansão mais recente da energia eólica, o peso das renováveis tenha aumentando consideravelmente no conjunto da produção.

**Produção Acumulada** (Janeiro a Dezembro de 2012)



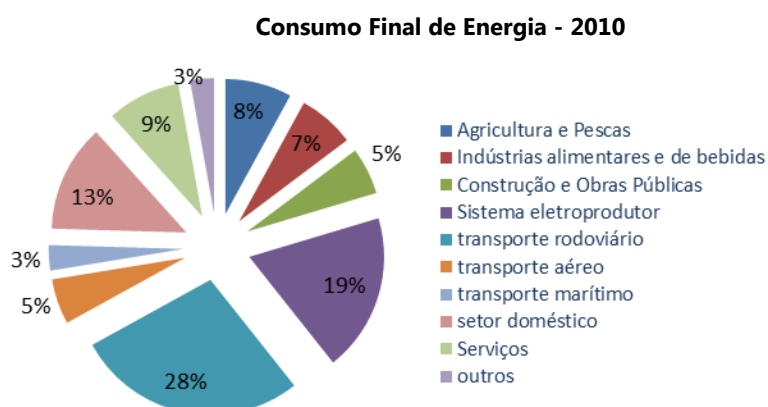
Fonte: EDA, Empresa de Eletricidade dos Açores

Aliás, o aumento da penetração de renováveis ( desde 1994, altura da instalação da primeira central geotérmica em São Miguel ), tem-se feito, sobretudo, à base de aumentos da capacidade instalada de geotérmica e, mais recentemente, mas em menor escala, de eólica. A componente hídrica, explorada desde o início do século XX, tem permanecido constante, pois os principais recursos estão já a ser aproveitados há várias décadas.

Em termos de utilização final dos recursos energéticos, são os transportes os grandes consumidores de energia, com destaque para os rodoviários, com 28% do total. Os restantes segmentos do sistema de transporte, nomeadamente o marítimo e o aéreo, no seu conjunto, afetam cerca de 8% da energia consumida. O setor electroprodutor consome ainda cerca de 19% do total, as famílias cerca de 13% e os restantes consumidores valores relativamente próximos. A base económica regional -

agricultura, pesca e agroindústrias associadas, no seu conjunto -, significam no total 15% do consumo final.

São, de facto, os transportes, a produção de energia elétrica e alguns segmentos da produção económica os setores onde se podem gerar efetivas poupanças na utilização dos combustíveis e demais derivados do petróleo, desde que viáveis e em condições razoáveis de preço e de qualidade.



**Unidade: tep**

Em termos futuros, a região tem uma ambiciosa estratégia de energia até 2020, através da expansão da capacidade instalada de energias renováveis para todas as ilhas, que passa por um aumento da capacidade instalada de centrais de energias renováveis, sobretudo eólica e geotérmica, até 2016, e por um esforço de diversificação de fontes renováveis como hídrica, solar e biomassa, até 2020.

A par deste processo, com o futuro funcionamento da valorização energética de resíduos, designadamente nas ilhas de São Miguel e Terceira, bem como de outros processos experimentais em ilhas de menor dimensão, colocam-se ainda questões sobre a melhor gestão do sistema produtor de energia, face aos condicionalismos da produção de eletricidade a partir destes recursos.

Estas opções de gestão poderão, assim, passar pela construção de pequenas centrais hídricas reversíveis ou pela alimentação de baterias como forma de armazenamento

da produção excedentária gerada em períodos de menor consumo ( as designadas horas de “vazio” que ocorrem, em particular, durante e noite ).

Por outro lado, também no âmbito das energias, os Açores posicionam-se como uma plataforma para o desenvolvimento de projetos de cooperação e de investigação. A título de exemplo, refira-se que, em Abril de 2011, os Açores passaram a integrar “Pacto das Ilhas”, um projeto europeu que tem por objetivo de desenvolver localmente planos de ação para energias renováveis e estabelecer um diretório de projetos passíveis de financiamento.

Presentemente, no domínio energético, existem em curso projetos merecedores de referência por ilustrarem a opção da Região no desenvolvimento e diversificação de alternativas energéticas, umas com efeitos evidentes na qualidade de vida das populações e outras passíveis de reprodução a uma escala mais alargada.

Por exemplo, na mais pequena ilha do arquipélago, o Corvo, estão a ser instalados painéis solares e bombas de calor (40 em 2012 e 110 durante 2013) para substituição total do consumo doméstico de gás butano naquela ilha.

Já na ilha Graciosa, a empresa alemã *Yunicos* tem em desenvolvimento um projeto de produção e armazenamento de energia produzida com fontes renováveis, que poderá assegurar até 70 % do consumo de eletricidade da ilha em 2014, através de energia solar, eólica e a utilização de uma nova tecnologia baseada na armazenagem de energia em baterias.

Este projeto tem a vantagem de decorrer um contexto empresarial, podendo ser depois replicadas as soluções, tanto em outras regiões europeias como em ilhas dos Açores onde não existe disponibilidade para a utilização da energia hídrica.

Refira-se ainda, o projeto de desenvolvimento de novas e abrangentes tecnologias e recursos, denominado “Green Islands” do MIT (Massachusetts Institute of Technology), envolvendo a Universidade dos Açores, a Empresa de Eletricidade dos Açores, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e diversas outras universidades e parceiros-chave,

Neste contexto, no quadro 2014-2020 será dado um novo impulso da abertura de concessões para a exploração de recursos endógenos destinados à produção de eletricidade, em paralelo com a consolidação da implementação de programas de sensibilização para uma utilização racional da energia e para a requalificação do edificado açoriano para parâmetros de maior eficiência energética.

Estas linhas de ação incluirão também a diversificação da base energética, o fomento e apoio a iniciativas privadas que utilizem as espécies invasoras como fonte de biomassa, e o reforço da eficiência energética na iluminação pública.

Promover-se-á, igualmente, o efeito combinado de alguns investimentos com a defesa dos recursos naturais, como pode ser exemplo a instalação de uma central hídrica reversível na bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas, na ilha de São Miguel. Esta, permitirá associar um sistema de precipitação externa de nutrientes, designadamente fósforo e azoto, contribuindo para ultrapassar os problemas de eutrofização da referida lagoa.

### **3.2.1. Mobilidade elétrica**

Como já foi referido, em termos de utilização final dos recursos energéticos, são os transportes os grandes consumidores de energia, com destaque para os rodoviários, com 28% do total. Por isso, uma prioridade de grande interesse – considerando a elevada utilização dos recursos energéticos pelo setor dos transportes – passa pelo desenvolvimento da mobilidade elétrica, assente na utilização de energias renováveis endógenas.

Na verdade, o *mix* de recursos energéticos e a dispersão desses produtos pelas ilhas colocam os Açores num posicionamento singular para potenciar o seu papel como laboratório de soluções inovadoras para a mobilidade elétrica. Este domínio alicerça-se, por isso, na necessidade de mudanças comportamentais no domínio da mobilidade e da dependência energética do arquipélago.

A respetiva visão estratégica no horizonte 2020 passa, assim, por potenciar o papel dos Açores como laboratório de soluções para a mobilidade elétrica, abrindo caminho a uma maior independência e segurança energéticas, a uma mobilidade mais sustentável e a uma atividade económica mais competitiva.

Entre os benefícios da mobilidade elétrica, contam-se o aumento da independência energética e financeira e da segurança de abastecimento, a redução das emissões de gases com efeito de estufa, a melhoria da qualidade do ar nos espaços urbanos, a redução do ruído, uma utilização mais eficiente do sistema elétrico, a proteção dos consumidores face à volatilidade dos preços do petróleo e uma mobilidade mais acessível.

Associado a esta prioridade, à semelhança de todas as ações empreendidas pelas autoridades regionais, serão observados dois princípios de interesse geral. Por um lado, ter-se-á em conta a equidade geográfica, assegurando o equilíbrio geográfico e a coesão territorial das medidas ( tendo presentes as especificidades e potencialidades de cada ilha ) e, por outro, respeitar-se-á a racionalidade do investimento público.

Ambas as dimensões serão devidamente articuladas com princípios de visibilidade, envolvimento de entidades públicas e privadas, independência e segurança energéticas, ambiente e viabilidade técnica.

Neste sentido, de acordo com as simulações em curso, prevê-se que o número de veículos elétricos e de PHEVs ( *plug-in hybrid electric vehicle* ) possa atingir valores na ordem dos dois milhares em 2020.

Esta aposta na mobilidade elétrica passa também por uma articulação e avaliação no seu impacto em setores estratégicos para a região, designadamente o turismo e a agricultura, bem como pelo desenvolvimento de um plano de incentivos a este tipo de mobilidade que permita a passagem de uma fase inicial de liderança por parte das entidades públicas, para uma fase subsequente de apoio à iniciativa privada, de modo a ultrapassar, assim, barreiras à sua adoção em maior escala.



### **3.3. Regeneração Urbana**

No domínio da regeneração urbana nos Açores promover-se-ão intervenções integradas nas áreas urbanas, recorrendo-se se possível ao instrumento de engenharia financeira JESSICA, ou a outros que venham a ser definidos como aplicáveis no próximo período de programação, como uma das alavancas deste processo.

Neste campo, deverão ser concebidos mecanismos que permitam proceder à substituição de materiais contendo amianto, em edifício e equipamentos públicos e privados, na sequência dos inventários já efetuados.

Será, igualmente, considerada a substituição de estruturas infestadas com térmitas.

## **4. Crescimento Inclusivo: Reforçar a dimensão social do desenvolvimento das RUP**

No âmbito deste ponto, relativo ao crescimento inclusivo, abordaremos o eixo da estratégia da Comunicação de 2012 relativa ao reforço da dimensão social do desenvolvimento das RUP, muito em particular, através de medidas de combate à pobreza, melhoria do acesso aos cuidados de saúde e da inclusão social.

### **4.1. População em crescimento e relativamente jovem**

A população residente nos Açores, de acordo com os resultados definitivos dos Censos 2011, é de 246.772 habitantes, apresentando saldo positivo, em termos de crescimento, face ao anterior ano censitário de 2001.

O aumento verificado de 2% deve-se, em larga medida, ao saldo migratório positivo, uma vez que o saldo natural contribui com apenas 373 pessoas.

Em termos da distribuição por sexo a população, nos dois anos de recenseamento, apresenta um comportamento similar, sendo a proporção de mulheres superior à dos homens: 50,8% e 49,2%, respetivamente.

**População Residente – Dados Censitários**

2001			2011		
	Nº	%		Nº	%
<b>Total</b>	241.763	100,0	<b>Total</b>	246.772	100,0
<b>H</b>	119.486	49,4	<b>H</b>	121.534	49,2
<b>M</b>	122.277	50,6	<b>M</b>	125.238	50,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Serviço Regional de Estatística dos Açores

Através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se que os Açores têm acompanhado a evolução geral observada no país, embora com valores favoráveis em relação à média nacional e a anos anteriores.

**Indicadores Demográficos (Permilagem)**

	2000		2005		2011	
	Açores	Portugal	Açores	Portugal	Açores	Portugal
<b>Taxa de Natalidade</b>	14,5	11,7	12,5	10,4	11,1	9,2
<b>Taxa de Mortalidade</b>	10,9	10,3	10,1	10,2	9,6	9,7
<b>Taxa de Nupcialidade</b>	7,6	6,2	6,2	4,6	4,1	3,4

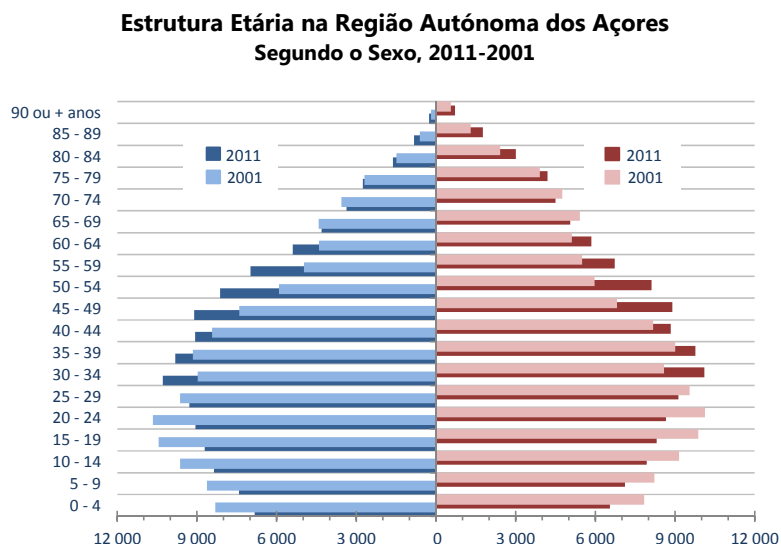
Unidade: Permilagem

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Serviço Regional de Estatística dos Açores

A estrutura etária da população evidencia uma tendência de diminuição de população nos grupos etários mais baixos e um aumento nos escalões etários próprios da população ativa, com repercussão no mercado de trabalho.

Em termos de análise da pirâmide etária visualiza-se a diminuição da base, que diz respeito à população mais jovem *versus* o alargamento da parte central e topo.

Apesar de o envelhecimento da população ser um dos fenómenos mais preocupantes das sociedades atuais e de um aumento do índice de envelhecimento, os Açores são a região portuguesa onde este índice é menor.



## 4.2. Inclusão Social

### 4.2.1. Desigualdades e risco de pobreza, agravados numa conjuntura difícil

Não obstante um investimento muito considerável em políticas sociais nas últimas duas décadas, os Açores apresentam um nível de desigualdades, calculado com base no rendimento total, idêntico à média nacional em 2005/2006 (34)<sup>6</sup> e ligeiramente inferior em 2010/2011: 33,1 nos Açores e 33,2 em Portugal.

No que se refere à estrutura do valor do rendimento líquido anual médio por agregado familiar, nos Açores, 80,7% é proveniente de rendimento monetário e 19,3% de rendimento não monetário<sup>7</sup>.

Na distribuição dos agregados familiares por principal fonte de rendimento, os Açores registam uma maior percentagem de agregados que têm, no trabalho por conta de outrem, um valor mais elevado: 58,9% contra 52,1% de média nacional. Os

<sup>6</sup> Índice de Gini

<sup>7</sup> Instituto Nacional de Estatística, IDEF 2010/2011

Açores são também a região com menor peso das pensões: 26,3%, embora com um crescimento percentual de 4,7 em relação a 2005/2006<sup>8</sup>.

Por outro lado, os Açores registavam uma taxa de pobreza de 21% em 2005/2006 que decresceu para 17,9% em 2010/2011. Não obstante esta descida de 3 pontos percentuais, estes valores são merecedores de preocupação pelos seus efeitos sociais e económicos.

É ainda de registar, como indicador relevante da evolução da situação socioeconómica mais recente, o crescimento do número de famílias e de beneficiários do Rendimento Social de Inserção ( RSI ) entre o ano de 2010 e o de 2012, que passou, respetivamente, de 5 315 para 5 980 (+12,5%) e de 18 283 para 20 173 (+10,3%)<sup>9</sup>.

Em termos comparativos com valores médios a nível nacional, o risco de pobreza é mais acentuado em agregados de “dois ou mais adultos com duas ou mais crianças/jovens dependentes”, enquanto a nível nacional este risco é mais acentuado nos de “um adulto idoso sem crianças/jovens dependentes”.

Nos Açores, a pobreza parece incidir nos agregados com crianças e jovens, sendo certo que, no conjunto do país, os idosos parecem ser mais afetados, provavelmente tendo em conta a maior juventude da população açoriana.

Na relação entre escolaridade e risco de pobreza, a taxa de risco de pobreza oscila entre um valor de 49,6%, para quem não tem nenhuma escolaridade, e um mínimo de zero, para quem tem formação superior. De notar que é ao nível da passagem do segundo para o terceiro ciclo (19,8% para 7,9%) e do terceiro ciclo para o secundário (7,9% para 0,3%) que a descida é mais acentuada.

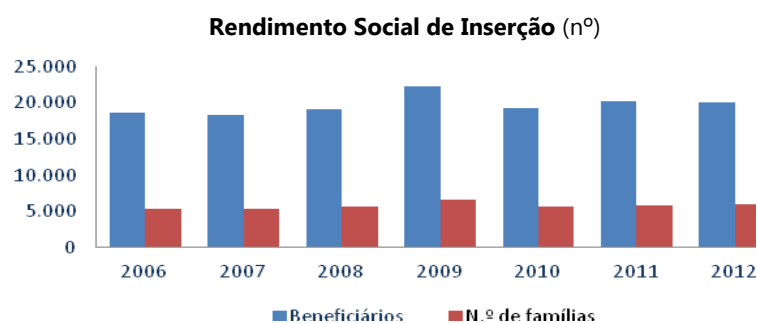
Estes valores possuem, assim, especial significado tendo em conta a relação direta entre habilitações, empregabilidade, rendimentos e redução da desigualdade, existindo na região um elevado prémio salarial por cada ano de escolaridade.

---

<sup>8</sup> Instituto Nacional de Estatística, IDEF 2005/2006 e 2010/2011

<sup>9</sup> Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores

Ao nível do apoio social, o Rendimento Social de Inserção, um dos instrumentos fundamentais na prevenção da exclusão social e da pobreza, tem mantido, apesar da situação geral, um certo equilíbrio do número de famílias abrangidas, que tem rondado nos anos mais próximos entre as 5,5 e as 6,5 mil famílias, o que se traduz num número de beneficiários entre os 19 e os 20 mil indivíduos, ou seja, cerca de 8% do universo da população residente do arquipélago.



Fonte: Direção Regional da Solidariedade Social, Governo dos Açores

Em termos comparativos, o valor da prestação do RSI por agregado familiar não é muito diferente nos Açores e no restante espaço nacional. Já no valor por indivíduo há uma diferença assinalável, face à dimensão superior do agregado familiar nos Açores, com presença mais acentuada de crianças.

Neste contexto e no que toca, em particular, à diminuição do risco de exclusão e de pobreza, as políticas sociais desenvolver-se-ão num ambiente de cooperação, através do trabalho em rede, entre os organismos públicos e particulares e entre estes, na conceção, implementação e avaliação dessas políticas e estratégias de intervenção específicas focalizadas nas crianças/jovens, idosos, mulheres e pessoas com deficiência.

Outra linha de intervenção passará pelo reforço do desenvolvimento de competências pessoais, sociais, escolarizantes e profissionais de pessoas que vivenciam processos de exclusão social, pela promoção do desenvolvimento local de

territórios periféricos, pelo reforço do desenvolvimento de competências das empresas de economia social, parceiros estratégicos nos combates à pobreza e exclusão e pelo fomento da criação e reestruturação das empresas de inserção.

#### 4.2.2. As redes e sistemas públicos de apoio social

As redes públicas de apoio e proteção social são pilares do equilíbrio social, cuja importância é reforçada pelo atual contexto de crise e de grande restrição financeira, que limita o alcance e a abrangência dos apoios a prestar aos mais desfavorecidos e aos que estão em situação de necessidade.

Por isso, com o agudizar da conjuntura económica e social, tem-se registado alguma reorientação dos recursos e do volume das prestações dos regimes. Assim, algumas componentes, como a do RSI e a da proteção familiar, representam volumes significativos de despesa.

Perante a situação do mercado de trabalho, têm sido diversas formas de apoio ao desemprego, que conheceu um aumento significativo.

Ao nível das infraestruturas, os fundos da União Europeia têm desempenhado um papel fundamental na oferta de equipamentos especificamente dirigidos a crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas idosas e, de um modo geral, família e comunidade.

**Evolução do Número, Capacidade e Frequência de Serviços/Equipamentos Sociais  
Açores 1996/2012**

Área	Nº Respostas		Capacidade		Frequência	
	1996	2012	1996	2012	1996	2012
<b>Infância e Juventude</b>	122	313	4.476	12.501	4.071	11.575
<b>Família e Comunidade</b>	6	125	538	6.714	329	6.470
<b>Invalidez e Reabilitação</b>	6	34	126	1.073	95	1.003
<b>Terceira Idade</b>	105	224	5.373	9.386	3.901	8.251
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>696</b>	<b>10.513</b>	<b>29.674</b>	<b>8.396</b>	<b>27.299</b>

Fonte: Direção Regional da Solidariedade Social, Governo dos Açores

Verifica-se que, para os equipamentos sociais ditos “clássicos”, os Açores atingiram taxas de cobertura razoáveis, mas subsiste ainda algum desequilíbrio na sua distribuição territorial, facto que se tenciona superar no quadro 2014-2020.

Na infância há necessidade ainda de investimento em creches a realizar, em particular, nas ilhas de Santa Maria e S. Miguel.

No que se refere ao apoio aos idosos, verifica-se a necessidade de alargar a rede atendendo ao envelhecimento demográfico de alguns territórios.

Será ainda de considerar, para o período 2014-2020, a necessidade de remodelação e reabilitação de um número significativo de equipamentos que, atendendo ao respetivo prazo de vida útil, necessitam de intervenções de fundo devido ao consequente processo de desvalorização, provocada por degradação física, perda de funcionalidade e de rentabilidade.

Nestes domínios, por constituir um fator essencial a proximidade dos equipamentos e respostas de modo a permitir uma atuação mais rápida e eficaz, quer na prevenção quer no combate a situações de pobreza, serão feitos investimentos na qualificação de uma rede descentralizada dos serviços sociais.

O investimento público privilegiará, assim, a infância e juventude ao nível do redimensionamento da rede de creches e *ateliers* de tempos livres; o apoio a idosos através da melhoria da rede dos serviços de apoio domiciliário, centros de dia e centros de noite, apostando-se numa lógica de proximidade, na promoção da autonomia dos cidadãos mais velhos e no apoio à pessoa com deficiência e suas famílias.

### 4.3. Saúde

#### **Sistema regional de saúde adequado à realidade insular**

Nos Açores, a oferta de cuidados de saúde essenciais é assegurada, em primeira linha, pelas unidades de saúde, distribuídas pelas nove ilhas.

A rede hospitalar é composta por 3 Hospitais, aos quais incumbe a prestação de cuidados de saúde diferenciados aos utentes recorram diretamente aos seus serviços ou que lhes sejam referenciados por outras entidades prestadoras de cuidados de saúde a nível concelhio. Acresce ainda ao sistema regional de saúde, o Centro de Oncologia dos Açores, com atribuições ao nível da prevenção primária, rastreio e diagnóstico precoce das doenças oncológicas, atividades de vigilância epidemiológica e registo oncológico.

Os serviços de saúde nas diversas ilhas distribuem-se e refletem diversas características de dimensão e de funcionalidade das valências exercidas. Os atos de medicina preventiva e/ou primeiro atendimento, como por exemplo de profilaxia e de consultas, encontram-se mais generalizados e dispersos territorialmente. Atos mais associados a medicina curativa e com maior intensidade operativa, como os casos que implicam internamento de doentes, decorrem de forma mais frequente nas ilhas onde se localizam instalações de unidades de saúde mais diferenciadas.

Em termos da envolvente ao setor, são consideráveis as implicações do progressivo envelhecimento da população e a correspondente pressão sobre a oferta de cuidados de saúde, bem como a evolução técnica e tecnológica dos instrumentos e meios de apoio, com uma sofisticação e eficácia crescentes. Ambas estas circunstâncias têm como contrapartida a necessidade de volumes financeiros crescentes para o acompanhamento e aplicação desses meios.

Neste contexto, os fundos da União Europeia deverão ser utilizados, numa perspetiva 2014-2020, não só ao nível da formação e da qualificação profissional, como também



na dotação de meios e equipamentos suscetíveis de tratamento local, obviando deslocação dos doentes entre ilhas e entre a região e o continente.

Deverá ser privilegiada igualmente uma maior penetração de novas tecnologias e o aprofundamento das existentes, designadamente, ao nível da telemedicina e, ainda, o preenchimento de falhas na cobertura da rede de infraestruturas.

Na verdade, como bem refere a Comunicação da Comissão de 2012, “a política de coesão faculta oportunidades de investir em infraestruturas de saúde, incluindo a telemedicina e a formação de profissionais de saúde nas RUP”, uma dimensão que se assume como fundamental para um território arquipelágico como os Açores.

Na área da saúde, a prioridade será pois no sentido de garantir um serviço de qualidade, racionalizar serviços e criar condições para novas acessibilidades, num quadro de sustentabilidade económica geral do Serviço Regional de Saúde.

Do mesmo modo, será necessário adequar as infraestruturas e equipamentos de saúde às necessidades da população, de acordo com o perfil de cada unidade de saúde e tendo em conta os cuidados de saúde prestados pelas mesmas, bem como, garantir a manutenção das infraestruturas e equipamentos.

## **5. Crescimento Inclusivo: Emprego, formação e mobilidade profissional**

No âmbito deste ponto, à semelhança do anterior, relativo ao crescimento inclusivo, abordaremos o eixo da estratégia da Comunicação de 2012 relativo ao reforço da dimensão social do desenvolvimento das RUP, desta vez através de medidas em matéria de incentivos à criação de emprego, promoção das competências, melhoria dos resultados escolares, redução das taxas de abandono escolar precoce, bem como aumento do número de diplomados do ensino superior.

## **5.1. Uma pressão acrescida no mercado de trabalho**

Numa perspetiva de evolução de médio/longo prazo, que nos é facultada pelos dados dos dois últimos recenseamentos da população, observa-se que houve um aumento substancial da população com atividade económica.

Com efeito, de uma taxa de atividade de 42,0% em 2001, passou-se para 46,6% em 2011, o que representa um acréscimo significativo e uma conseqüente pressão substancial no mercado de trabalho.

Deste acréscimo de 13,4 mil indivíduos da população residente com atividade económica, saliente-se que 11 mil correspondem a mulheres. Ou seja, a progressão encontra-se fundamentalmente no segmento feminino, onde a taxa de atividade teve o acréscimo mais significativo, passando de 32% em 2001, para mais de 40%, em 2011.

Tomando como elemento de comparação o que se verifica no restante espaço nacional, o nível de atividade dos homens é ligeiramente superior nos Açores, mas nas mulheres, apesar do forte incremento nos últimos anos, ainda é menor embora crescente.

Mesmo tendo em consideração que, em 2011, mercê da envolvente de crise financeira e económica, se registou já a destruição de postos de trabalho, observa-se que nos Açores, no espaço temporal de 10 anos, houve um aumento líquido de 7,4 mil postos de trabalho. Isto significa uma população com atividade económica que evoluiu de 101 mil para 115 mil indivíduos, valor muito significativo, face às características e escala da economia regional.

Em termos da situação das pessoas na profissão, há também uma evolução a registar, com um aumento proporcionalmente superior à variação média no que diz respeito àqueles que foram recenseados na condição de empregadores. Tal circunstância vem a conferir alguma sustentabilidade a uma certa capacidade empreendedora na Região. Regista-se, por outro lado, um aumento menos expressivo do número de

trabalhadores por conta de outrem, embora o aumento de desemprego, no segmento de procura de novo emprego, possa distorcer esta conclusão.

**Residentes nos Açores com Atividade Económica, segundo situação na profissão**

	<b>2001</b>	<b>2011</b>
Empregador	7.220	9.362
Trabalhador por conta própria	7.806	7.730
Trabalhador Familiar não remunerado	695	1.118
Trabalhador por conta de outrem	78.286	82.743
Outra situação	721	1.174
<b>População Empregada</b>	<b>94.728</b>	<b>102.127</b>
Desempregada	6.760	12.793
Primeiro Emprego	3.133	3.435
Novo emprego	3.627	9.358
<b>Total dos residentes com atividade económica</b>	<b>101.488</b>	<b>114.920</b>

Fonte: Recenseamento da População

Em termos prospetivos, é evidente a necessidade de estabilização no mercado de trabalho, sustendo-se os efeitos da atual crise e, inclusivamente, retomar o ritmo de crescimento da criação líquida de postos de trabalho, suficiente para manter um nível tolerável de desocupação involuntária de ativos, através de uma combinação de políticas que articulem o estímulo ao investimento empresarial, com adaptação, formação e ajustamento das competências oferecidas.

## **5.2. Nível elevado de desemprego, uma nova realidade nos Açores**

A conjuntura económica externa que se atravessa na evolução normal da economia e sociedade, agravada pelas políticas restritivas e de redução do rendimento disponível, veio a alterar dramaticamente os equilíbrios no mercado de trabalho, conduzindo a taxas de desemprego sem paralelo, quer a nível nacional, quer regional.

Os últimos dados disponíveis, reportados ao primeiro trimestre de 2013, revelam uma taxa de desemprego na ordem dos 17%, quando apenas em 2007 rondava os 4,3% e, nos anos anteriores, era ainda menor.

Na desocupação involuntária dos ativos existem dois grupos especialmente vulneráveis, os jovens, cuja taxa de desemprego ultrapassa os 38%, e aqueles que perderam o emprego e que não sendo jovens ( 25 aos 44 anos ), evidenciam dificuldades na sua reocupação em trabalho similar em outras unidades empresarias ou de adaptação de competências perante alternativas e cuja taxa de desemprego rondará os 30%.

Por outro lado, a situação de desemprego prolongado é um dos fatores que podem conduzir a uma situação de exclusão, de desarticulação da família e de pobreza.

As políticas ativas de emprego, de reconversão profissional, mas acima de tudo a retoma do crescimento económico constituem, assim, as saídas para a estabilização do mercado de trabalho.

Porém, face à conjuntura e ao adiamento das previsões sobre a inversão de ciclo económico, revela-se a necessidade de uma monitorização muito próxima do fenómeno do desemprego e a implementação de medidas mitigadoras dos efeitos perversos, que a continuidade no tempo desta situação pode gerar nas famílias e na sociedade em geral.

### **5.3. Políticas ativas de emprego**

Na atual conjuntura e, inclusivamente, nos próximos anos, a maior ameaça ao equilíbrio social e potenciador da exclusão e pobreza será a desocupação involuntária da população ativa, com taxas de desemprego elevadas, decorrentes da quebra de atividade económica a que acrescerá alterações no perfil de competências com procura no mercado de trabalho.

No domínio das políticas ativas para o emprego destacam-se as medidas dirigidas aos jovens desempregados, aos recém-formados, necessariamente com a ambição de transitarem para o mercado de trabalho, onde pontuam os estágios profissionais. Esta tem sido, aliás, a principal ferramenta de recrutamento de novos profissionais por parte dos empregadores.

É também no âmbito desta segunda vertente de fomento do emprego que se inserem medidas de aplicação sucessiva e coordenada como sejam os apoios à contratação e os incentivos ao empreendedorismo.

No fomento do emprego não será descurado o público em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, seja porque são desempregados provenientes de setores com atividade em crise, seja porque se tratam de indivíduos com condições socioeconómicas ou pessoais que os colocam naquela condição.

Diversas medidas, incluídas na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, ajudarão a potenciar a colocação destes desempregados, em estágios propiciadores de operarem a sua reconversão e mobilidade profissional, com o necessário e subsequente apoio à contratação.

Para o mercado social de emprego, estão em perspetiva 4 programas, um dirigido a desempregados em situação de exclusão e outros três dirigidos a portadores de deficiência, com apoios para a instalação por conta própria, concessão de incentivos à contratação e ainda o apoio à adaptação técnico-funcional dos postos de trabalho.

As atividades ocupacionais assumem também, neste capítulo, papel preponderante, por facultarem hábitos de trabalho aos que, por razões diversas, não os têm e por incidirem sobre áreas de interesse público, como sejam o apoio à atividade social, à educação e à proteção e promoção dos patrimónios ambiental e cultural da Região.

Noutra frente, mas não menos relevante, será mantida a ocupação de desempregados subsidiados, pelo acréscimo de rendimento que daí decorre para os próprios e para as respetivas famílias, e para manter hábitos de procura ativa de emprego enquanto ferramenta que contrarie a condição de desempregados.

A aplicação do programa “Berço de Emprego”, enquanto ferramenta facilitadora da transição de mulheres para o mercado de trabalho, através da colocação de outras mulheres subsidiadas no posto de trabalho ausente por motivo de gozo da licença de maternidade, sem custos para o empregador, é uma ferramenta com efeitos na consolidação da ideia que contratar mulheres não acarreta uma perda de produtividade.

#### **5.4. A Formação e qualificação como prioridades reforçadas**

Nos Açores, tem sido dada uma clara prioridade à formação e ao fomento do emprego, o que se traduz na duplicação do montante de fundos que as autoridades regionais alocaram entre 2007 e 2013 para este efeito, em comparação com o anterior período de programação.

Com este volume de meios, proporciona-se também uma maior intensidade das ações realizadas e do número de participantes. É de salientar que, nos Açores, desde 2003, são tidos em conta na aprovação de cursos, a empregabilidade que estes cursos promovem, verificando-se, através de vários estudos de carácter prospetivo, a sua adequação às necessidades do tecido empresarial.

Mas, para além das ações de formação propriamente ditas, desenvolveram-se ações não formativas, como planos de estágio, ações de sensibilização e de informação da inserção das mulheres, formação avançada de suporte a projetos de empreendedorismo de base tecnológica, investigação em meio empresarial com uma projeção de mais de 8 mil participantes nestes projetos específicos.

Constitui-se, assim, como desafio acrescido uma visão prospetiva, devidamente calibrada, entre as necessidades da economia e a sociedade em geral em matéria de formação e a oferta do aparelho e do sistema regional, com resposta adequada e proporcionada, num diálogo próximo e competente entre os atores em presença, mas numa aposta efetiva na qualificação da população ativa.

A formação em contexto de trabalho para públicos fragilizados é também uma forma proactiva de manter a necessária ligação entre os visados pela medida, os beneficiários do RSI e potenciais empregadores.

A promoção do ensino profissional e profissionalizante assume um papel de relevo na valorização do ensino, reunindo competências, conhecimentos e uma cultura geral que permita aos jovens ingressar no mercado de trabalho pelo reconhecimento do seu mérito.

No horizonte 2020, o ensino profissional será, assim, apoiado e valorizado, pois representa mais-valias que assentam, essencialmente, no modelo de criação e organização das escolas, afirmando-se como uma saída muito positiva para os jovens que pretendem ingressar no mercado de trabalho, com melhores qualificações e mais competências, ao mesmo tempo que possibilita o prosseguimento dos estudos de nível superior.

Por outro lado, a estratégia da Região Autónoma dos Açores para a qualificação e reconversão profissional não pode estar dissociada do nível de qualificação que a população apresenta.

Como medidas fomentadoras do aumento dos níveis de escolaridade e de qualificação, encontra-se a lecionação de cursos profissionais e a implementação do sistema DUAL na Região. A particularidade do sistema assenta na dualidade das aprendizagens, feitas tanto em ambiente de sala de aulas como num ambiente real de trabalho, onde se testam e assimilam os conteúdos programáticos. Outros sistemas de ensino de dupla certificação que, para além de atribuírem um grau de escolaridade, também dotam os jovens de competências técnicas em diversas áreas económicas, continuarão a constituir uma aposta segura.

Para além dos jovens, é ainda objetivo estratégico a qualificação de ativos que já se encontram fora do sistema de ensino quer se encontrem em situação de emprego ou de desemprego. Para estes últimos, uma resposta consistente será a realização de cursos de dupla certificação ou apenas de formação tecnológica.

A validação das competências adquiridas ao longo da vida constituirá também um vetor muito importante na qualificação. Mediante o recurso à metodologia de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) serão atribuídos níveis de qualificação equivalentes ao 9.º e 12.º anos de escolaridade.

A reconversão de trabalhadores, por sua vez, terá a seu dispor o sistema de formação profissional já implementado na Região que, para além de oferecer os cursos de formação de ativos, também será um parceiro do tecido empresarial na implementação de diversas medidas.

A formação destinada aos formandos que se encontrem a concluir um curso profissional e aos ativos desempregados que enveredarem por um curso de dupla certificação, fomentará, igualmente, a prossecução de objetivos relacionados com o surgimento de novas empresas e de novos negócios e ao empreendedorismo.

#### **5.5. Capital Humano: Nível de educação crescente, mas ainda insuficiente**

Utilizando alguns indicadores sobre o nível de escolaridade e, como *benchmarking*, a média nacional ( embora as realidades e as escalas sejam substancialmente diferentes ), obtém-se que, em termos estáticos e reportando à situação mais recente ( 2011 ), há ainda um caminho a percorrer nos Açores na recuperação dos atrasos estruturais e enraizados na sociedade, nas diversas vertentes da educação base, da diferenciada e das qualificações dos ativos.

São sintomáticos dos efeitos da política de educação, a quebra excecional do analfabetismo na Região, o quase alinhamento com a média nacional em termos do ensino pré-escolar e a redução da proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo.

Sinaliza-se como desfavorável a percentagem da população da faixa etária dos 18-24 anos que completou no máximo o 3º ciclo e que, na altura dos recenseamentos, não estava a estudar.



**Indicadores Sobre o Nível de Escolaridade (%) - Censos 2001/2011**

	Açores		Portugal	
	2001	2011	2001	2011
Taxa de Analfabetismo	9,45	4,68	9,03	5,23
Proporção de crianças 3-5 anos a frequentar o ensino pré-escolar	51,86	70,93	52,28	73,49
Proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo	18,79	10,51	18,03	10,39
Proporção de jovens 18-24 que completou no máximo o 3.º ciclo (9.º ano) e que não está a estudar	49,30	37,02	33,37	22,08
Proporção de jovens 20-24 que completou pelo menos o ensino secundário	27,99	42,93	44,04	60,8
Proporção da população 30-34 que completou o ensino superior	9,75	18,91	14,22	28,62
Proporção da população com 15 ou mais anos que completou pelo menos o 3.º Ciclo do Ensino Básico (9.º ano)	30,38	42,36	37,95	49,6
Proporção da População com 18 ou mais anos que completou pelo menos o Ensino Secundário	16,10	24,42	22,67	31,69
Proporção com 23 ou mais anos que completou o Ensino Superior	6,38	11,32	8,81	15,11

No domínio do investimento no setor da educação, os fundos estruturais têm-se constituído como uma alavanca poderosa, utilizada pelas autoridades regionais para a renovação e atualização das infraestruturas e equipamentos de ensino. No entanto, regista-se ainda, em termos do ordenamento da oferta do serviço, lacunas em alguns concelhos da Região onde o apoio do financiamento europeu continuará indispensável.

Neste contexto, em termos da política dirigida ao setor da educação, a grande aposta regional é a consolidação do sucesso educativo, estabelecendo metas mais ambiciosas a cumprir por todos os intervenientes do sistema educativo.

Com vista a colmatar as deficiências ainda existentes, serão desenvolvidos projetos pedagógicos no sentido de aumentar o nível de ensino da literacia e diminuir o abandono escolar precoce, através de uma resposta integrada ao abandono precoce do sistema de ensino e de formação e um conjunto de ações que conduzam ao acompanhamento dos jovens.

Como foi já referido, a construção, reabilitação e modernização de infraestruturas escolares nas diferentes ilhas do arquipélago tem vindo a ser implementada, com o apoio fundamental dos fundos estruturais. Na perspetiva 2014-2020, torna-se necessário colmatar as deficiências e lacunas ainda existentes, para se concluir o processo de requalificação do parque escolar e o apetrechamento com novos equipamentos e recursos pedagógicos, que suportem um ensino progressivamente mais adequado às exigências da atualidade.

## **5.6. Combate ao desemprego juvenil**

Os Açores, uma região com 246.772 habitantes, têm, com 35.000 jovens ( de 15 a 25 anos ), a maior percentagem nacional de jovens. Com efeito, existem 79.000 jovens com menos de 15 anos e apenas 33.000 açorianos com mais de 65 anos.

Neste contexto, uma taxa de desemprego jovem de 39%<sup>10</sup> ou, ainda, mais de 6.000 jovens, entre os 16 e os 35 anos, inscritos nos Serviços Públicos de Emprego ( 50% dos inscritos ), colocam-nos perante uma forte necessidade de agir.

Sublinhe-se que, destes jovens desempregados, 42% não possuem o 9º ano de escolaridade e 83% não possuem o 12ºano, nível académico que dentro de 2 anos será o nível mínimo obrigatório e aquele que se perspetiva como o necessário para o exercício da maioria das profissões.

Na certeza de que o emprego, e em particular o emprego jovem, depende em larga escala da atividade económica e que esta, por sua vez, se encontra pendente de uma grave situação financeira do país, a Região Autónoma dos Açores pretende agir com intensidade, levando a que, se estructurem devidamente as respostas ao desemprego dos jovens, delineando políticas públicas que constituem verdadeiros pilares para a sua empregabilidade.

---

<sup>10</sup> Dados do 1º trimestre de 2013, instituto Nacional de Estatística

Neste contexto, torna-se essencial desenhar, com o apoio da União Europeia, uma estratégia e plano de ação para o emprego dos jovens nos Açores, que coloque sobretudo uma filosofia de atuação e linhas que visem criar perspectivas de futuro a uma geração que se confronta com uma conjuntura difícil.

As políticas públicas regionais para o quadro 2014-2020 para o fomento do emprego jovem têm, assim, como objetivo central, a sua empregabilidade e estão em completa sintonia com as políticas de emprego regionais, mas ainda em claro desenvolvimento, espelhadas, por exemplo, no Garantia Jovem, no *New Deal* para os Jovens, nas Orientações Estratégicas da Comissão Europeia e na Estratégia Europa 2020.

A filosofia de atuação destas políticas, apesar de não ter como objetivo direto o fomento da atividade económica, assenta essencialmente em medidas que visam a empregabilidade, entendida como a capacidade dos jovens em encontrar emprego, manter ou mudar de emprego. Uma consequência deste conceito de empregabilidade envolve, naturalmente e em primeira instância, os jovens e o sistema educativo, sendo as medidas e os dispositivos de formação profissional inicial, considerados no âmbito desta política de emprego, em particular como uma política para a empregabilidade.

Neste sentido, indicam-se como objetivos primordiais garantir, por um lado, que nenhum jovem abandone o sistema de ensino sem uma qualificação, combatendo-se assim o abandono escolar precoce e as situações de NEET ( *Not in Employment, Education or Training* ) e, por outro, garantindo a todos os jovens, em alternativa, um emprego, um estágio ( na região ou em outra região ou Estado-membro da União ) ou a possibilidade de uma qualificação de nível superior.

## **6. O Mar, um potencial por explorar**

Portugal dispõe de uma zona económica exclusiva (ZEE) com 1.732 mil km<sup>2</sup>, dos quais perto de 1 milhão se devem ao território açoriano. Ou seja, perto de 60% da ZEE portuguesa se deve à natureza arquipelágica dos Açores.

A dimensão marítima e oceânica, bem como a localização da Região na encruzilhada entre as rotas oceânicas, dos continentes Europeu, Africano e Americano, são fatores de diferenciação e desenvolvimento, constituindo uma oportunidade para colocar Açores numa posição de importante vantagem comparativa, como plataforma e centro mobilizador da criação de valor associado ao mar.

As características biogeográficas e geomorfológicas dos mares dos Açores englobam, por sua vez, uma vasta biodiversidade marinha, que importa valorizar e preservar, constituindo, por si só, um poderoso recurso económico.

A este património juntam-se os valores arqueológicos, culturais, estéticos e históricos, os recursos geológicos e minerais, os recursos energéticos renováveis e os recursos biotecnológicos que, no seu conjunto, representam um dos principais ativos que, na sua grande maioria, se encontram subaproveitados e por explorar e cuja utilização, por isso, importa investigar e dinamizar de forma sustentável.

Por exemplo, têm assumido recentemente destaque as perspetivas que se abrem no âmbito da exploração subaquática de metais de grande valor comercial, como o cobre, o cobalto e, em menores quantidades, o ouro, a prata e a platina.

O incontestável fascínio da biodiversidade e o potencial nos recursos haliêuticos dos mares dos Açores parece crescer também em profundidade, atingindo uma inaudita dimensão junto dos ecossistemas extremos das fontes hidrotermais.

Com uma biodiversidade única, este território marítimo constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento de novos processos biotecnológicos e de produtos que poderão levar a inovadores bens transacionáveis com grande valor, na área da saúde ou da nutrição humana e animal.

Mas o Mar dos Açores não pode ser apenas um palco para estas descobertas e será necessário, por isso, agir concertadamente e nos diversos níveis – do regional ao internacional - para que o conhecimento e valor acrescentado revertam, também, em benefício da Região e da sua população.

Por outro lado, a presença de jazidas de hidratos de metano nas zonas abissais, considerada uma fonte de energia para o futuro, bem como a própria força das ondas e do vento *offshore*, são certamente áreas de grande interesse e potencialidade, ainda por aproveitar.

Como complemento - e na perspetiva de agir para a redução do problema da concentração de carbono na atmosfera e conseqüente aquecimento global -, também poderá o Mar dos Açores servir, no futuro, de sumidouro para este elemento. Já existem, aliás, estudos que defendem a simples utilização de algas e outras análises, mais sofisticadas, que propõem a sua incorporação na própria crosta terrestre, formando agregados estáveis. A ser possível, o Mar dos Açores e as suas ilhas-laboratório poderão encontrar, também aqui, um importante fator de atividade.

Este vasto território marítimo tem, por isso, diversas dimensões que urge potenciar e abordar de uma forma integrada, a saber, por um lado, os seus recursos biológicos, recursos minerais e recursos energéticos e, por outro, os serviços no âmbito de plataforma científica e, ainda, logística no Atlântico.

Ou seja, esta riqueza ao nível dos recursos do mar deve igualmente ser relacionada com importantes mais-valias decorrentes da localização das ilhas, como a facilidade de acesso através dos portos existentes nos Açores, bem como a sua posição estratégica central, na confluência ou proximidade das principais rotas marítimas oceânicas.

Abordar o mar representa, por isso, a necessidade de ter em conta inúmeras dimensões, como a proteção e gestão ambiental, a preservação dos recursos e biodiversidade marinha, a vigilância e segurança marítimas, o transporte marítimo e a

prevenção de acidentes, poluição e catástrofes naturais ou a qualificação de ativos, apenas para citar algumas áreas.

A aposta na economia do mar é, pois, uma visão clara e de futuro e constitui uma alavanca da diversificação da economia regional no horizonte 2020, assente em eixos de intervenção atuais e modernos, mas que não rejeita saberes e tradições, numa aposta em atividades diversas, orientadas para a exploração racional, equilibrada, mas economicamente proveitosa dos mares dos Açores.

## **6.1. Promoção de uma Economia Sustentável para o Mar dos Açores**

Já foram abordadas as atividades, ditas, tradicionais, ligadas ao mar: as pescas e aquicultura, o turismo náutico, do mesmo modo como o setor dos transportes marítimos na Região Autónoma dos Açores.

Mas uma outra dimensão, fundamental numa visão 2014-2020, liga-se à procura de novas oportunidades de negócio e ao fomento do investimento em várias vertentes ligadas ao mar: desde a investigação até à incubação de empresas, passando pela captação de investimento externo e participação em projetos internacionais.

### **6.1.1. Plataforma Logística do Atlântico**

Neste âmbito, interesse particular assume a construção de um *hub* marítimo nos Açores, uma plataforma logística no meio do Atlântico, que permita em particular oferecer um serviço "*premium*" no movimento de navios cargueiros entre os continentes europeu e americano.

Tal criação possibilitará potenciar a localização geostratégica da Região Autónoma dos Açores, através do aproveitamento do previsível aumento do fluxo comercial entre a América e a Europa decorrente do alargamento do canal do Panamá, permitindo também reduzir o grau de saturação dos portos europeus.

Com efeito, o alargamento do canal do Panamá permitirá o trajeto de navios progressivamente maiores entre o Pacífico e o Atlântico. Neste contexto, a nível

global, tenderá a emergir um fluxo dominante de circum-navegação este-oeste, ligando entre si os dois grandes fluxos do Ocidente com a Ásia.

Neste contexto, os Açores assumem-se como um candidato natural a nó principal desse novo fluxo e à criação de um forte *hub* Atlântico. Esta plataforma, com base nas condições logísticas portuárias já existentes na Região, mas também na sua interligação com as estruturas aeroportuárias, consubstanciar-se-á na prestação de serviços de valor acrescentado de apoio ao transporte marítimo e, em particular, de processamentos nas cadeias de abastecimento internacionais, permitindo uma nova fonte de criação de riqueza e emprego nos Açores.

Em causa estão serviços de reparações navais, de terminais para contentores e, em particular, para bens perecíveis, de armazenagem de combustível e frigorífica, de abastecimento alimentar ou troca de tripulações, num âmbito geral de apoio a operações de processamento logístico nas cadeias de abastecimento globais.

Paralelamente, estes serviços diretos potenciarão a existência de *clusters* abrangendo a fileira dos produtos biológicos e ambiente, por exemplo ao nível das embalagens, do tratamento dos produtos da distribuição, tanto ao nível de alimentos congelados, como de peixe fresco.

Associado a estes serviços de distribuição e comercialização, decorrentes da situação e localização geoestratégica do arquipélago no Atlântico Norte, a “Marca Açores” constituirá também uma mais-valia, associada a uma imagem de elevada qualidade e sustentabilidade.

Por outro lado ainda, esta plataforma logística poderá ser associada igualmente à consolidação e transbordo nos Açores do tráfego oceânico de automóveis, onde o transporte entre a Europa e a Região recorre a navios de menor dimensão e maior frequência e, entre os Açores e a América do Norte, a navios de grande dimensão e com custos mais reduzidos.

### **6.1.2. Plataforma de Investigação do Atlântico**

É amplamente reconhecido que as RUP se constituem como laboratórios naturais de referência, por excelência, para a investigação científica. O Mar dos Açores não é exceção. Desde modo, para um aproveitamento destas potencialidades, será necessário promover efetivamente a investigação do oceano profundo com todas as suas vertentes, aprofundando os Açores como um espaço de partilha de conhecimentos, de intercâmbio de saberes e de pesquisa de novas tecnologias e produtos.

Deverá valorizar-se, assim, a projeção internacional dos Açores como centro de conhecimento, aproveitando a excelência do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. Será, por isso, prioritário formar recursos humanos especializados na política integrada de oceanos e nas ciências do mar, bem como desenvolver o conhecimento das políticas e dos assuntos do mar.

Uma nova atitude e uma nova oportunidade para a economia marítima, com um papel fulcral no reforço da imagem e da identidade da região, implicam igualmente políticas vocacionadas para o crescimento, apoiadas nos mais recentes desenvolvimentos da tecnologia, seja no âmbito da aquicultura, da biotecnologia, das energias renováveis e da robótica submarina, promovendo condições para a instalação de indústrias e atividades.

O território marítimo, o Mar dos Açores, deverá ser assim abordado numa ótica transversal, consubstanciada na monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha e na gestão e requalificação da extensa orla costeira do arquipélago.

É também nos fundos marinhos dos Açores que se encontram alguns dos ecossistemas mais complexos do planeta, como, por exemplo, os ecossistemas quimiossintéticos, que albergam algumas das mais notáveis adaptações animais.



Para além disso, é no fundo marinho que se encontram inúmeras bactérias, representando as mesmas novos recursos genéticos. Estes, incluindo novas enzimas e proteínas, têm um enorme potencial na chamada biotecnologia azul.

A aposta em equipamentos e instrumentação própria para o estudo do mar profundo para a região atlântica, com base nos Açores, permitirá assim a recolha e partilha de informações e dados, no âmbito das bases para o espaço marítimo da Europa, bem como o mapeamento extenso dos fundos marinhos do Atlântico, visível através de ferramentas eletrónicas de utilização aberta.

Por outro lado, resultando de uma topografia extraordinariamente acidentada e profunda, da ausência de declive continental, do isolamento e da conjugação dinâmica e ativa de três placas tectónicas, as águas que circundam os Açores são ricas em *habitats* complexos, raros e sensíveis. Entre estes, merecem particular destaque os *habitats* associados a fontes hidrotermais de grande profundidade, a montes submarinos, às comunidades de esponjas e aos jardins de corais-de-águas-frias, considerados ameaçados no âmbito da Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste ( Convenção OSPAR ).

A prospeção e a exploração de recursos dos fundos marinhos da Região, em particular dos recursos não vivos ( inertes e minerais ) e vivos para fins que não a alimentação, constituem uma inegável oportunidade para a economia regional. A Universidade dos Açores deverá assumir-se, uma vez mais, como polo dinamizador, através de ligações, com enquadramento internacional, a laboratórios associados e a parceiros tecnológicos.

A potencialidade de alguns dos organismos presentes nos ambientes extremos dos Açores, mas também de certas espécies comuns às zonas costeiras, já demonstrada nos campos da farmacologia, cosmética e da medicina, fundamenta ainda a importância da dinamização da investigação científica no que respeita à biotecnologia azul, mas com uma clara ligação à indústria e ao empreendedorismo.

## 7. Desígnios Temáticos

Em conclusão, o Plano de Ação 2014-2020 da Região Autónoma dos Açores estabelece os seguintes desígnios e princípios:

1. **Uma base económica de exportação dinâmica e diversificada**, através da promoção de uma produção económica competitiva, preservando e consolidando as atividades baseadas nos recursos disponíveis e nas vantagens adquiridas, no progressivo robustecimento de uma fileira económica ligada ao mar, apostando-se complementarmente na inovação, na diversificação e em novos produtos e serviços de natureza transacionável, numa perspetiva de prosperidade e sustentabilidade das empresas e dos negócios geradores de empregabilidade efetiva e significativa do fator trabalho.
2. **Uma sociedade equilibrada e com oportunidades de realização**, através do:
  - 2.1. Desenvolvimento de estratégias de alargamento efetivo dos níveis de escolaridade e de formação dos jovens, reduzindo substancialmente o abandono escolar precoce, tendo por horizonte as metas fixadas pela Estratégia Europa 2020.
  - 2.2. Reforço das medidas de coesão social, conjugando a empregabilidade como uma estratégia sólida de inclusão social, promovendo em complemento a igualdade de oportunidades em termos gerais, a reabilitação e a reinserção social, a reconversão profissional, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como fator de produtividade e de bem-estar.
3. **Um ambiente, uma paisagem e uma vivência distintas**, através da promoção da sustentabilidade ambiental, observando as linhas de orientação e as metas da União, em articulação estreita com o desenvolvimento de políticas orientadas para a competitividade dos territórios, modernização das redes e das

infraestruturas estratégicas, numa articulação funcional entre os espaços urbanos e os de natureza rural, num quadro de efetiva coesão territorial.

4. **Governança eficiente e eficaz**, através do aprofundamento da eficiência e da qualidade dos sistemas sociais e coletivos, da proximidade do cidadão com a administração pública e da minimização dos custos de contexto e ainda de uma maior capacitação profissional e técnica dos agentes.

EUROPA 2020		ESTRATÉGIA DA COMISSÃO COM(2012)287	DESÍGNIOS TEMÁTICOS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	
AÇORES	CRESCIMENTO	INTELIGENTE	Melhorar a <b>acessibilidade</b> ao Mercado Único	Uma base económica de exportação dinâmica e diversificada	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fileira agro-pecuária</li> <li>– Fileira do mar</li> <li>– Turismo</li> </ul>
			Reforçar a <b>competitividade</b>		
			Promover a <b>integração regional</b>		
				Governação eficiente e eficaz	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Parceria estratégica administração pública/PME/centros do conhecimento e inovação</li> <li>– Reforma da administração</li> <li>– Desenvolvimento plataformas tecnológicas</li> </ul>
	SUSTENTÁVEL	Ambiente e <b>alterações climáticas</b>	Um ambiente, uma paisagem e uma vivência distintas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Paisagens e territórios classificados</li> <li>– Renovação de centros históricos e urbanos</li> <li>– Penetração energias renováveis</li> </ul>	
	INCLUSIVO	Reforçar a <b>dimensão social</b>	Uma sociedade equilibrada e com oportunidades de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Sistemas eficazes de escolaridade e aprendizagem</li> <li>– Fomento da empregabilidade</li> <li>– Integração dos públicos desfavorecidos</li> </ul>	